

BR/2001/PI/H/5

Cadernos UNESCO Brasil

# **Políticas de Educação: Idéias e Ação**

Jorge Werthein  
Célio da Cunha

**Cadernos UNESCO Brasil**

Série Educação

Volume 6

**Conselho Editorial**

Jorge Werthein  
Maria Dulce Almeida Borges  
Célio da Cunha

**Comitê para a Área de Educação**

Maria Dulce Almeida Borges  
Célio da Cunha  
Lúcia Maria Golçalves Resende  
Marilza Machado Gomes Regattiere

*Revisão:* Reinaldo de Lima Reis  
*Assistente Editorial:* Larissa Vieira Leite

*Capa:* Edson Fogaça

BR/2001/PI/H/5

Werthein, Jorge  
Políticas de Educação: idéias e ações / Jorge Werthein  
e Célio da Cunha. – Brasília : UNESCO, 2001.  
55p. – (Cadernos UNESCO Brasil. Série educação; 6).

1. Educação I. Cunha, Célio da II. UNESCO III. Título IV. Série.  
CDD 370



**Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura**

Representação no Brasil

SAS, Quadra 5 Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar.

70070-914 - Brasília - DF - Brasil

Tel.: (55 61) 2106 3500

Fax: (55 61) 3322-4261

E-mail: grupoeditorial@unesco.org

## Sumário

1. Uma Nova política para o Ensino Superior: As implicações da Declaração Mundial de Paris.....	07
2. Bolsa-Escola, Pobreza e Cidadania.....	27
3. A Idéia de uma Sociedade Leitora.....	39
4. A Educação e o Mundo do Trabalho.....	53
5. Alcance e Fundamentos da Atuação da UNESCO no Brasil.....	67

## **Apresentação**

Nesta edição, Cadernos Unesco – Série Educação – se ocupa de divulgar e colocar em debate alguns textos produzidos e apresentados em diferentes eventos com o objetivo de subsidiar a formulação e execução de políticas públicas na área do desenvolvimento social.

A Unesco Brasil tem procurado fazer um esforço de gerar idéias e propostas ancoradas de modo geral nos documentos de orientação da Organização, como também em experiências bem sucedidas, com vistas a ampliar o leque de opções para solucionar problemas no contexto da luta para a redução das desigualdades sociais. Nos diversos eventos que ela organiza, apóia institucionalmente ou é convidada a participar, a Unesco aproveita a oportunidade para expor o seu pensamento a respeito de temas considerados relevantes.

Dessa forma, os textos que compõem a presente edição – Uma Nova Política para o Ensino Superior, Bolsa-Escola e Cidadania, Formação de uma Sociedade Leitora, Educação e Trabalho e Fundamentos da Atuação da Unesco – abordam questões que consideramos da mais alta importância no conjunto dos desafios, incertezas e perplexidades que caracterizam o atual estágio de desenvolvimento. Na abordagem desses temas esteve sempre presente a preocupação de estabelecer o enlace entre uma concepção mais geral que, via de regra, está presente nos documentos-compromissos da Organização e a sua vertente operacional. Essa postura fundamenta-se na necessidade de converter idéias e compromissos em linhas de ação viáveis, sem o que não será possível promovermos mudanças substantivas que contribuam para o advento de um patamar superior de democracia social e de solidariedade humana.

As idéias e propostas diretoras constantes nos textos referidos, entre elas a necessidade de uma nova visão para a educação superior, a bolsa-escola como instrumento de universalização da cidadania, a formação de uma sociedade leitora, a abertura de escolas nos fins de semana e a questão do trabalho na educação da juventude, situam-se no âmbito dos mandatos da Unesco e traduzem a esperança da Organização, como agência especializada das Nações Unidas, de construção em parceria de um novo século pautado em valores de justiça e equidade social.

Os Autores

## **Abstract**

The UNESCO Brazil Journal - Education series (Cadernos UNESCO Brasil - série Educação) presents 5 texts that aim to answer to the requests of UNESCO Brazil's participation in several events on Educational Policy. The first one "A New Policy for Higher Education: implications of the Declaration of Paris", discusses the influence of the Universal Declaration of Human Rights upon the policies for higher education in the 21st century. The second text, "Schooling Allowance, Poverty, and Citizenship" discusses the importance of the schooling allowance program in goal achievement in the areas of Universal Education, Eradication of Poverty, and Human Development. The third text, "The Idea of a Literate Society", demonstrates the role of reading in the process of the country's cultural and social development. The fourth text, "Education and the Work Market", discusses the new relations between Education, Labour, and Unemployment and the need for a new Universal Ethics. The last text, "Scope and Principles of UNESCO's Performance in Brazil", presents to municipalities some proposals considered by UNESCO as relevant for human development, among which the Schooling Allowance Program, the Eradication of Illiteracy, and the Opening of Schools on Weekends.

The texts published in this volume represent UNESCO'S effort to present concrete and feasible solutions for some of the Educational difficulties faced by the country in the field of Educational Policy.

# **Uma Nova Política para o Ensino Superior:**

As implicações da Declaração Mundial de Paris\*

\* Texto apresentado no V Tríduo Jurídico – Educação, Direito e Justiça. Centro de Ensino Superior do Amapá, novembro/2000.

Uma das características históricas da Unesco tem sido a sua função prospectiva e antecipadora no campo das idéias, sobretudo as que podem servir de subsídio e dar suporte ao advento de novas orientações e políticas em prol do desenvolvimento humano sustentado. Ao longo de sua história, foram inúmeras as oportunidades em que a Unesco promoveu estudos e desenvolveu reflexões que haveriam de servir de marco para a instauração de processos de mudanças nas áreas de abrangência de seu mandato. Isso aconteceu, por exemplo, em relação aos bens culturais da humanidade, analfabetismo, educação para todos, meio ambiente, bioética, educação profissional, educação superior, educação para os portadores de necessidades especiais, liberdade de imprensa, discriminação na escola, violência, discriminação contra a mulher, entre outras.

Em todas essas áreas, a Unesco tem procurado desenvolver estudos e promover grandes reuniões mundiais e regionais, com a presença de governantes, especialistas e líderes da sociedade civil dos diversos países que integram a Organização, com o objetivo de construir consensos e ampliar espaços institucionais sensíveis a uma série de mudanças que se tornaram imprescindíveis no contexto de uma luta universal pela cidadania.

É certo que muitas das mudanças pretendidas não ocorrem de imediato, como também elas podem ocorrer em ritmos diferentes conforme a natureza e magnitude dos obstáculos e as peculiaridades de cada país. Assim sendo, nunca se pode perder de vista o fato de que uma conquista social poderá demorar anos e até décadas para atingir a sua plenitude. As resistências às mudanças sociais são inúmeras e, além dos obstáculos econômicos que quase sempre se fazem presentes, há também os de natureza cultural que requerem uma nova formatação de mentalidades que só pode ser conseguida por intermédio da educação continuada caminhando **pari passu** com o avanço da legislação social. A rigor, uma mudança pode depender da criação de novos mecanismos de governabilidade. Como exemplo, pode ser citada a luta pela dignificação da condição feminina que exigiu e ainda exige, em muitos aspectos e em muitos países, mudanças no plano legislativo.

Esses comentários iniciais estão sendo feitos para balizar a política de ação da Unesco e esclarecer sobre as suas dificuldades e limites. Trata-se de uma organização pertencente às Nações Unidas, cuja arma principal se situa no campo das idéias e das inovações e do permanente diálogo com os governos e a sociedade civil. Ela pode ser definida como um importante mecanismo auxiliar na luta pela emancipação das pessoas e, por conseguinte, pelo desenvolvimento humano sustentado.

Como se pode observar, a missão da Unesco é extremamente complexa. São diferentes tipos de obstáculos que ela enfrenta. Ainda assim, tem conseguido manter em todo o mundo um conjunto de ações, sejam de natureza prospectiva ou de intercâmbio e cooperação técnica sejam de apoio e incentivo a projetos inovadores do setor público, do setor privado ou de organizações não-governamentais. Essas ações, tanto pelo alcance social que possuem quanto pela dimensão ética que as preside, quanto ainda pela dimensão inovadora que as caracteriza, contribuem para dar à Unesco credibilidade mundial. Essa credibilidade, duramente conquistada em mais de meio século de existência, confere à Unesco uma autoridade intelectual, moral e ética reconhecida em todo o mundo.

O exercício da missão da Unesco supõe que ela esteja constantemente atenta às mínimas vibrações sociais que ocorrem no planeta e que podem afetar ou agravar o desenvolvimento humano como um todo. Essa condição de observatório é assumida por intermédio de alguns instrumentos, destacando-se entre eles os relatórios mundiais sobre educação, ciência, cultura e comunicação, as comissões mundiais para o estudo de um determinado problema, uma política permanente de estudos com a participação de grandes especialistas e um moderno sistema de informações.

Esses instrumentos dão à Unesco o sentido das transformações que se operam em escala mundial. Assim sendo, a Unesco ao perceber o impacto das transformações científico-tecnológicas e socioeconômicas que começaram a se intensificar nas últimas duas décadas, principalmente depois de 1989 com a desestruturação da experiência socialista dos países do bloco soviético, desencadeia na década de 1990 uma série de debates, estudos e reflexões com o propósito de subsidiar os Estados membros em direção a algumas mudanças que estavam se tornando irreversíveis. Como sabemos, após a ruptura do modelo liderado por Moscou, o processo de globalização das relações econômicas e de mudanças no modelo de transformação produtiva, adquire uma velocidade sem precedentes na história, com visíveis implicações nas áreas e setores incluídos no mandato da Unesco.

O que mais preocupava à Unesco naquele tempo era o intrincado mapa de contradições que aos poucos se desenhava e que, alguns anos depois, em 1998, seria muito bem sintetizado por Kofi Annan, Secretário Geral da ONU da seguinte forma:



“No plano tanto internacional como nacional, forças fundamentais redesenham as formas de organização sociais, a configuração das oportunidades e das restrições, os objetos de inspiração e os motivos do temor. A globalização se estende por todo o mundo, ao mesmo tempo que a fragmentação, a afirmação das diferenças ganham terreno. As zonas de paz se estendem, ao mesmo tempo que explosões de violência atroz se intensificam; a riqueza atinge níveis inigualáveis, mas vastos bolsões de miséria endêmica subsistem; a vontade dos povos e seus direitos fundamentais são cada vez mais celebrados e violados; a ciência e a tecnologia melhoram a vida humana, enquanto seus subprodutos ameaçam os sistemas planetários de manutenção da vida”<sup>1</sup>.

Essa admirável síntese das contradições e paradoxos dá uma idéia mais ou menos precisa do quadro que começou a ser desenhado a partir da intensificação do processo de globalização. Foi nesse contexto que, conforme já dissemos, a Unesco daria início a um série de diagnósticos e reflexões com o objetivo de encontrar alternativas e saídas plausíveis para a redução desses paradoxos, pois sendo uma organização intelectual em sentido lato, a Unesco sempre depositou uma enorme crença no poder da educação, da ciência e da cultura, como instrumentos insubstituíveis para a redução das desigualdades sociais e o desenvolvimento da cultura de paz. Em outras palavras, a Unesco sempre acreditou que a democratização do conhecimento é um meio poderoso para viabilizar um novo entendimento entre as culturas e as civilizações

Dessa forma, na década de 90, uma das mais criativas da Unesco, inúmeras reuniões foram promovidas para discutir assuntos da mais alta relevância. A Unesco desenvolveu estudos de caráter internacional e liderou a formalização de compromissos fundamentais para o desenvolvimento humano, dentre os quais se destacam:

- ◆ Reunião Internacional de Educação para Todos realizada em Jomtien, Tailândia, onde foi aprovada a Declaração Mundial para o atendimento das necessidades mínimas

---

<sup>1</sup> Annan, Kofi. Apud Ginkel, H.V. O ensino superior e o desenvolvimento humano sustentável. In: Tendências da educação superior para o século XXI. Brasília, Unesco/Crub, 1999, p.356.

de aprendizagem, dando início a um amplo movimento mundial de educação de qualidade para todos;

◆ Criação, em 1991, da Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento que, após alguns anos de estudos, concluiu seu trabalho produzindo um importante relatório - **Nossa Diversidade Criadora** - que hoje circula em todo o mundo\*, e está servindo de referência na luta por uma visão mais completa dos processos de desenvolvimento.

◆ Criação em 1993 da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI que, após 3 anos de estudos e debates em diferentes países e continentes, produziu o relatório **Educação – um Tesouro a Descobrir\*\***, onde foram estabelecidos os pilares e aprendizagens fundamentais para o Século XXI.

◆ Realização, em 1994, em Salamanca, Espanha, da Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais de Educação, oportunidade em que foram estabelecidos importantes compromissos no setor;

◆ Realização, em 1998, em Hamburgo, Alemanha da V Conferência Internacional de Educação de Adultos(CONFINTEA). Nesse evento foi aprovada a Declaração de Hamburgo e instituída a Década Paulo Freire de Alfabetização;

◆ Realização, em 1998, em Paris, da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior para o Século XXI, sendo aprovada a Declaração Mundial que estabeleceu uma nova política para o setor;

◆ Realização, em 1999, da Conferência Mundial sobre a Educação Técnica e Profissional, evento que aprovou as **Recomendações de Seul** lançando a política de educação profissional para todos.

◆ Realização, em 1999, em Budapeste, Hungria, da Conferência Mundial sobre Ciência e Desenvolvimento, onde foi aprovada a Declaração sobre a Ciência para o

---

\* de Cuéllar, Javier Pérez(coord.). Obra editada pela UNESCO.

\*\* Delors, Jacques(coord). Obra editada pela UNESCO.

Século XXI, fixando diretrizes e bases para uma nova ética do desenvolvimento científico e tecnológico;

◆ Realização, no ano 2000, em Dakar, Senegal, do Fórum Mundial de Educação para Todos, onde se deu a formalização e aprovação de novos compromissos de educação para todos – **o Marco de Ação de Dakar**.

Todos esses eventos, estudos, declarações e normatizações foram precedidos de longa preparação onde não faltaram conferências regionais, estudos e pesquisas sobre o tema e debates com especialistas e representantes da sociedade civil de vários países. Essa metodologia tem permitido à Unesco alcançar consensos em áreas polêmicas e, ao mesmo tempo, legitimar diretrizes e orientações. No caso, por exemplo, da Declaração Mundial sobre o Ensino Superior para o Século XXI, que constitui o eixo norteador da presente exposição, ela foi preparada durante mais de cinco anos mediante a realização de encontros e reuniões de trabalho em várias partes do mundo. Os resultados dessa ampla mobilização confluíram para a grande Conferência de Paris, onde estiveram presentes mais 4 mil dirigentes e especialistas em educação superior, 180 países e 120 ministros. Essa mobilização foi tida como sem precedentes na história do ensino superior.

### **A Declaração de Paris**

A Conferência de Paris aprovou 2 documentos: a Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação e o Marco Referencial de Ação Prioritária para a Mudança e o Desenvolvimento do Ensino Superior. Enquanto o primeiro apresenta grandes princípios e diretrizes, o segundo é mais indicativo do ponto de vista operacional.

A importância de se discutir nessa oportunidade as implicações da Declaração de Paris para o ensino superior no Brasil justifica-se primeiramente por ser um compromisso internacional aprovado pelos países que integram a Unesco. Além disso, ela representa a síntese de uma ampla reflexão resultante de um processo democrático de discussões mundiais recentes sobre o tema. Por outro lado, assinala-se a sua importância para a universidade e o ensino superior em geral no panorama das incertezas e indecisões que dominam os tempos atuais. Há uma expectativa generalizada por novos caminhos e por

uma nova ética do desenvolvimento, sendo que uma das missões mais nobres da universidade é a de discutir alternativas, apontar direções e indicar rumos.

Destaque-se ainda o fato de que o ensino superior no Brasil hoje está atravessando uma fase de grande expansão e diversificação. Acreditamos ser da maior urgência assegurar que essa expansão se processe em padrões de qualidade compatível com as demandas internas e com as novas demandas oriundas do processo de mundialização das atividades humanas.

### **Por uma universidade cidadã e ética**

A Declaração de Paris já em seu preâmbulo reconhece a importância do ensino superior para o desenvolvimento socioeconômico e cultural e para a construção do futuro. As novas gerações deverão estar preparadas com novas habilitações, conhecimentos e ideais<sup>2</sup>. Sem dúvida, o século XXI, quando nele estarão atuando os jovens que hoje freqüentam a universidade, exigirá uma nova competência constantemente reciclada por atitudes cidadãs. A nova era mundial que está surgindo começa a exigir não somente a ampliação do campo cognitivo com mais e mais conhecimentos, como também idealismo e solidariedade. A esse respeito, é oportuno explicitar a visão dos estudantes, segundo documento preparado pelo Secretariado da Unesco que afirma que

“O ensino superior não pode reduzir-se a uma simples formação; suas finalidades e perspectivas são mais vastas. Os estudantes esperam muito de seus currículos pós-secundários e buscam o debate e o intercâmbio sobre algumas questões cruciais para o desenvolvimento da sociedade em que vivem e para seu próprio desenvolvimento enquanto jovens adultos(...)”. “O nascimento de uma nova sociedade dependerá A Educação e o Mundo do Trabalho enormemente – para não dizer integralmente – da existência de atitudes diferentes e de uma compreensão profunda da diferença”<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Unesco. Declaração Mundial sobre Educação Superior para o Século XXI. In: Tendências da educação superior para o século XXI. Ob.cit. p. 17.

<sup>3</sup> Unesco. O Ensino Superior para uma Nova Sociedade: a Visão dos Estudantes. In: Tendências da educação superior para o século XXI. Ob.cit. p. 458.

Com escopo semelhante, o Artigo 1º da Declaração que trata da missão de educar, formar e realizar pesquisas, valoriza a formação de pessoas altamente qualificadas, mas que sejam cidadãos e cidadãs responsáveis, contribuindo na proteção e consolidação dos valores da sociedade nos quais se baseia a cidadania democrática, proporcionando perspectivas críticas e independentes, sem as quais será impossível colaborar nas discussões sobre as opções estratégicas e no fortalecimento de perspectivas humanistas<sup>4</sup>.

Nessa mesma linha de preocupações, a Declaração em seu Artigo 2º orienta que as instituições de ensino superior e a comunidade universitária devem submeter todas as suas atividades às exigências da ética e do rigor científico, devendo opinar com independência sobre problemas éticos da sociedade, ampliar suas funções críticas e utilizar sua capacidade intelectual em defesa dos valores aceitos universalmente, entre eles, **a paz, a justiça, a liberdade, a igualdade e a solidariedade**. Para tanto, precisa desfrutar de liberdade acadêmica e autonomia plenas, pois como insistiu certa vez Georges Gusdorf, um pensador francês e antigo professor da Universidade de Strasbourg, sem liberdade de pensamento e de escolha e sem autonomia para a pesquisa, a universidade não pode prosperar<sup>5</sup>.

Observe-se que o conteúdo dos dois primeiros artigos tem implicações profundas no projeto pedagógico da universidade. Além da qualidade, da competência que se tornou imprescindível num mundo dominado pela competitividade, a Declaração sublinha em igualdade de condições a importância da formação ética e humanística do estudante universitário. Aliás, a esse respeito a universidade tem a missão de preparar uma nova geração de jovens solidários e sensíveis ao desenvolvimento de uma cultura de paz. São esses jovens que na vida prática poderão ajudar a construção de cenários presididos por valores éticos e orientados para a busca da equidade e da justiça social, condições fundamentais para não se repetir no século XXI algumas das atrocidades que macularam o século XX. São esses jovens também – os que optarem pela carreira docente - que terão a difícil missão de transformar as escolas de educação básica em agências de cidadania, desencadeando na base um amplo movimento de educação para a solidariedade.

---

<sup>4</sup> Unesco. Declaração Mundial sobre Educação Superior para o Século XXI. Ob.cit.p. 22.

<sup>5</sup> Gusdorf, Georges. L'université en question. Paris, Payot, 1964, p.89.

## Uma nova visão de educação superior

### Democratização do acesso

O cap. 2 da Declaração é dedicado ao desenvolvimento de uma nova visão para a educação superior, colocando em primeiro plano a admissão baseada no mérito, sem nenhum tipo de discriminação. Admite que para os membros de alguns grupos específicos, como os povos indígenas, os membros de minorias culturais e lingüísticas, povos que vivem em situação de domínio estrangeiro e portadores de deficiência, o acesso à educação superior poderá ser facilitado. Tais grupos podem possuir experiências e talentos de grande valor para o desenvolvimento das sociedades e nações<sup>6</sup>. Embora esse tema tenha a tradição de provocar polêmicas, não há dúvida de que o avanço do direito à educação superior dos grupos citados requer o apoio de legislação específica. Historicamente eles foram marginalizados e vítimas de uma longa história de sonogação de conhecimentos. O mínimo que se lhes pode garantir hoje é um processo de educação permanente, inclusive facilitando o acesso ao ensino superior de jovens marginalizados possuidores de méritos.

Ainda com relação ao acesso, a Declaração estabelece prioridade urgente para dar combate à discriminação contra as mulheres. É certo que esse problema tem a sua incidência maior nos Estados Árabes, na Ásia e na África. No Brasil, a presença das mulheres ao ensino superior já foi praticamente superada. Não foi superado ainda no setor trabalho onde persistem muitas discriminações. A Declaração recomenda estudos de gênero, inclusive para facilitar a participação ativa das mulheres na elaboração de políticas e na tomada de decisões<sup>7</sup>. No Brasil, apenas 14% de mulheres ocupam cargos nas altas esferas da educação superior. Como diz um documento apresentado na Conferência de Paris,

“ Não existe qualquer razão para que as mulheres sejam excluídas dos postos de direção e de poder, uma vez que tenham as qualificações exigidas. Antes de tudo, esse principio deve ser reiterado, aceito e aplicado no campo da educação superior. Em segundo lugar, é preciso

---

<sup>6</sup> Unesco. Declaração Mundial sobre Educação Superior para o Século XXI. Ob.cit. p. 22.

<sup>7</sup> Idem, p. 22-23.

dar às mulheres a possibilidade de adquirir, através da formação, as competências que lhes permitirão apresentar sua candidatura, em caso de vaga, à frente dos estabelecimentos de ensino superior”<sup>8</sup>.

### **A pesquisa como função essencial**

No tocante à pesquisa, a Declaração Mundial é incisiva, afirmando que o avanço da ciência por meio da investigação criteriosa constitui função essencial de todos os sistemas de educação superior, devendo ser reforçadas para isso a inovação, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. A pesquisa deve ser incentivada em todas as disciplinas e por todos os membros da comunidade acadêmica, pois é por seu intermédio que a qualidade poderá ser potencializada<sup>9</sup>. Se estamos caminhando cada vez mais para uma sociedade do conhecimento e do saber, à instituição universitária cabe a responsabilidade, que será sempre crescente nos próximos decênios, de incentivar a pesquisa desde a graduação mediante a participação de alunos em programas de iniciação científica e mediante a criação de programas de investigação considerados relevante para a sociedade.

Deve ser salientado que uma política de pesquisa requer investimentos continuados na formação de pesquisadores, sem o quê, será impossível acessar com disciplina e método, os modernos sistemas disponíveis de informação científica e tecnológica, para deles extrair insumos fundamentais ao avanço do conhecimento. Acrescente-se que se torna cada vez mais necessário o emprego de metodologias inter e transdisciplinares devido à própria interdependência do conhecimento e devido também à necessidade de obter conhecimentos que respondam à totalidade do fenômeno ou fato pesquisado. Sublinhe-se por último a pertinência, sobretudo no caso das universidades e instituições de ensino superior distantes dos grandes pólos do conhecimento, de colocar a região ou o meio em que se acham inseridas, como matéria prima principal para a identificação de linhas de pesquisa.

Sob esse aspecto, duas questões emergem por sua relevância. Em primeiro lugar, como diz a Declaração, a educação superior deve reforçar o seu papel de serviço extensivo à comunidade, especialmente no que diz respeito à eliminação da pobreza, intolerância, violência, analfabetismo, fome, deterioração do meio ambiente e

---

<sup>8</sup> Unesco. Mulheres e Ensino Superior: Questões e Perspectivas. In: Tendências da educação superior para o século XXI. Ob.cit. p. 549.

<sup>9</sup> Unesco. Declaração Mundial sobre Educação Superior para o Século XXI. In: Tendências da educação superior para o século XXI. Ob.cit. p. 23.

enfermidades diversas<sup>10</sup>. O desempenho dessas tarefas de extensão requer que a universidade tenha o mais profundo conhecimento desses problemas, o que só poderá ser obtido por uma política de pesquisa voltada para o meio; em segundo lugar, diz a Declaração, a educação superior deve ampliar sua contribuição para o desenvolvimento do sistema educacional como um todo, especialmente por intermédio de programas destinados à melhoria da formação docente e da pesquisa sobre a educação<sup>11</sup>.

No caso do Brasil, a magnitude dos desafios da educação básica, mormente com relação à qualidade, não pode prescindir do apoio da universidade. Trata-se no momento de uma de suas tarefas mais importantes, tanto com o objetivo de adequar e melhorar o preparo do magistério, quanto para proporcionar um processo de educação continuada aos professores em exercício e realizar pesquisas que possam contribuir para o aperfeiçoamento da política educacional.

### **Diversificação da oferta, versatilidade e renovação dos métodos**

Em matéria de ensino e de formação profissional, a Declaração recomenda a renovação dos vínculos entre a educação superior, o mundo do trabalho e os outros setores da sociedade. Em sua função de previsão, devem as instituições de educação superior contribuir para a criação de novos empregos. Para tanto, torna-se importante desenvolver nos alunos habilidades empresariais e o senso de iniciativa para facilitar a empregabilidade de formandos e egressos, que crescentemente serão chamados para deixar a situação de buscar trabalho, para assumirem acima de tudo a função de criar trabalho. Uma das condições para dotar a educação superior dessa versatilidade é a diversificação da oferta que, além disso pode ajudar a ampliar a igualdade de oportunidades. As instituições de educação superior devem ter a possibilidade de oferecer uma ampla variedade nas oportunidades de educação e formação – cursos novos e tradicionais, cursos breves, horários flexíveis, cursos modulares e ensino a distância<sup>12</sup>.

Essa diversificação é essencial para responder à tendência internacional de massificação da demanda e à crescente necessidade de educação permanente ao longo da vida. Tal abertura já foi contemplada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, de certa forma, já está sendo aproveitada. No entanto é oportuno insistir que

---

<sup>10</sup> Idem, p. 24.

<sup>11</sup> Ibidem.



diversificar não é rebaixar a qualidade. Ao contrário, a diversificação da oferta e a flexibilidade nos métodos de oferecê-la exige cuidados rigorosos quanto à qualidade. Sem isso, não se conquistará a credibilidade indispensável para a mudança pretendida, o que poderá redundar em sérios prejuízos para a imagem pública da instituição de educação superior. A sociedade civil está atenta, e daqui em diante a cobrança de competência será muito mais forte que a simples ostentação de um título universitário.

### **A visão dos estudantes**

Na fase preparatória da Conferência Mundial sobre a Educação Superior, a Unesco teve o cuidado de ouvir os estudantes mediante o diálogo com várias entidades representativas. Os debates estudantis centraram-se em três questões: **por que os jovens entram no ensino superior; o que eles aprendem; e como esse saber é adquirido.** A reflexão feita ressalta um certo número de preocupações profundas, entre as quais a mais urgente é a necessidade de encontrar um **equilíbrio satisfatório entre educação e formação.** Essa necessidade se relaciona não apenas com o conteúdo de seus estudos mas também com a qualidade de seus professores, a capacidade dos sistemas e estabelecimentos de atender às necessidades educativas de grupos especiais e, sobretudo, os valores sociais e pessoais incentivados no decorrer do processo de aprendizagem<sup>13</sup>.

Sensível a essa visão dos estudantes, a Declaração Mundial indicou a necessidade de novos conteúdos, métodos, práticas e meios de difusão do conhecimento, com base em novos tipos de vínculos e parcerias com os vários setores da sociedade. Indicou também a necessidade de uma educação universitária voltada para a cidadania, formação do pensamento crítico, busca de soluções aos problemas sociais e desenvolvimento da responsabilidade social. Para atingir essas metas, desponta como necessária a reforma dos currículos pela adoção de uma metodologia além do domínio cognitivo das disciplinas. Deve ser incentivada a reflexão independente

---

<sup>12</sup> Idem, p.25.

<sup>13</sup> Unesco. O Ensino Superior para uma Nova Sociedade: a Visão dos Estudantes. Ob.cit. p. 456.

e o trabalho em equipe. O ensino dos direitos humanos e o estudo das necessidades das comunidades de todas as partes do mundo deve ser incorporado nos currículos de todas as disciplinas, particularmente dos cursos que preparam para atividades empresariais<sup>14</sup>.

A preocupação da Declaração com as necessidades de todas as comunidades do mundo decorre da própria rapidez do processo de mundialização das atividades humanas. A mobilidade de profissionais começa a transcender fronteiras com nítidas tendências de ampliação nos próximos anos e decênios. Afinal, o processo educativo não se encerra no presente. Tem sempre a perspectiva do amanhã.

### **Política de aperfeiçoamento docente**

Por outro lado, com relação ao corpo docente, o Artigo 10 da Declaração prescreve a adoção de uma política vigorosa de desenvolvimento de pessoal como elemento essencial à excelência da pesquisa e do ensino, conforme o que anteriormente já havia sido estabelecido pela Recomendação referente ao Estado do Pessoal Docente da Educação Superior aprovado pela Conferência Geral da Unesco, de 1997. Indica que os professores, em vez de serem apenas fontes de conhecimento, devem ensinar os estudantes a aprender e a tomar iniciativas. Devem eles ser colocados no centro das preocupações da política de educação superior e considerados parceiros e protagonistas do processo de renovação. A Declaração indica também como relevante a qualificação docente adquirida fora das instituições de ensino e pesquisa<sup>15</sup>.

É importante registrar a tendência da Declaração em colocar como indissociável a política de aperfeiçoamento docente com a política de atendimento aos estudantes, colocando-os no epicentro da vida universitária. Essa posição tem muitas implicações para um novo paradigma da educação superior. No processo de ensino e pesquisa nas universidades há de ser considerado o estudante em toda a sua totalidade, evitando circunscrevê-lo ao mundo cognitivo. Disso decorre que a própria metodologia de formação do docente universitário haverá doravante de contemplar a dimensão humana e pedagógica do ato de ensinar e os aspectos éticos envolvidos.

---

<sup>14</sup> Unesco. Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o Século XXI. Ob.cit. p. 25.

<sup>15</sup> Idem, p. 26.

## **Avaliação multidimensional**

Um dos capítulos mais controvertidos na atual fase de evolução da política de educação superior refere-se à avaliação da qualidade. A Declaração enfrentou-o com grande ponderação devido tanto às polêmicas que o envolve, quanto à sua relevância para as mudanças desejadas. Começa por afirmar que a qualidade da educação superior é um conceito multidimensional que inclui todas as funções e atividades: ensino, pesquisa, fomento à ciência, pessoal docente, estudantes, edifícios e instalações, equipamentos, serviços de extensão à comunidade e o ambiente acadêmico em geral. Prescreve uma auto-avaliação interna transparente e uma revisão externa com especialistas independentes, se possível com reconhecimento internacional. De forma a considerar a diversidade e evitar a uniformidade, deve-se dar a devida atenção aos contextos institucionais, nacionais e regionais específicos. Os protagonistas devem ser parte integrantes do processo de avaliação institucional<sup>16</sup>.

## **Dimensão Internacional**

A Declaração inclui como requisito de qualidade a dimensão internacional da instituição, verificada por intermédio do intercâmbio de conhecimentos, criação de redes interativas, mobilidade de professores e projetos de pesquisa internacionais. Para isso, os professores precisam ser bem selecionados e submetidos a um processo contínuo de aperfeiçoamento, incluindo a metodologia do processo de ensino e aprendizagem e mobilidade entre países. As novas tecnologias de informação são um importante instrumento nesse processo, devido ao seu impacto na aquisição de conhecimentos teóricos e práticos<sup>17</sup>

O tipo de avaliação da qualidade sugerida pela Declaração Mundial tem o mérito de incluir vários fatores e considerar a diversidade de contextos específicos. Ao mesmo tempo, a participação de especialistas de reconhecida credibilidade pode assegurar a seriedade do processo. Além disso, a Declaração enfatiza a importância da política de aperfeiçoamento docente, condição decisiva para a obtenção de um mínimo de qualidade. Sem isso, não será possível o desenvolvimento de instituições sólidas. Por

---

<sup>16</sup> Idem, p. 27.

isso mesmo, no Brasil e na América Latina em geral, deveria ser intensificada a política de capacitação dos docentes das instituições de ensino superior, tanto em nível nacional quanto internacional. Não se pode deixar de considerar que o processo de globalização está contribuindo para ampliar a diferença cognitiva entre os países mais avançados e os que são chamados de países em desenvolvimento.

### **As novas tecnologias**

Não se pode pensar uma política para a educação superior sem considerar o rico potencial existente nas novas tecnologias de informação e comunicação. Nessa área, os avanços tecnológicos têm sido enormes. As instituições universitárias deveriam ter a liderança no aproveitamento de suas vantagens, seja na renovação dos conteúdos dos cursos seja para ampliar o acesso à educação superior. São inúmeras as possibilidades: criação de redes, intercâmbio de experiências, desenvolvimento de materiais pedagógicos, criação de novos ambientes de aprendizagem e, o que é mais importante, seguir de perto a evolução da sociedade do conhecimento, garantindo assim a manutenção do nível de qualidade<sup>18</sup>.

Embora a comunidade da educação se mostre muitas vezes relutante em aceitar as novas tecnologias, as mudanças dramáticas que se observam no meio tecnológico certamente irão afetar a educação. Já existe uma variedade de tecnologias adaptadas à área educacional, que revelam um considerável potencial na aplicação de tecnologias novas e avançadas, com capacidade de armazenar, recuperar e distribuir grandes quantidades de informações, além de agilizar e facilitar a comunicação. O desafio consiste em utilizar esse potencial em conformidade com as estratégias educacionais e integrar os avanços culturais e intelectuais propiciados por essas novas tecnologias na sociedade da informação em geral<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> Idem, p. 27.

<sup>18</sup> Idem, p. 27-28.

<sup>19</sup> Unesco. Aprendizagem Aberta e a Distância. In: Tendências da educação superior para o século XXI. Ob.cit. p. 663-64.

## **Gestão e financiamento**

Um aspecto que não pode ser deixado de lado na implementação do compromisso de Paris sobre a educação superior refere-se à gestão e ao financiamento. As práticas de gestão devem ter uma perspectiva de futuro. A meta suprema da gestão universitária deve ser a ótima qualidade na educação, formação, pesquisa e serviços à comunidade. Tais metas requerem uma ampla visão social, incluindo a compreensão de questões globais e habilidades gerenciais eficientes. Isto supõe liderança e diálogo com a comunidade universitária. Quanto ao financiamento, a Declaração de Paris reconhece a necessidade de recursos públicos e privados, com o Estado mantendo seu papel essencial, de forma a assegurar a eficácia, qualidade e relevância da educação e da pesquisa nas instituições universitárias. O apoio da sociedade é ressaltado pela Declaração como estratégia de grande alcance. A mobilização para esse propósito depende do público em geral, dos setores públicos e privados, da economia, dos parlamentos, dos meios de comunicação, das organizações governamentais e não-governamentais, dos estudantes, famílias e todos os agentes sociais envolvidos na educação superior<sup>20</sup>. No capítulo do financiamento, devido ao conflito de argumentos que se fazem presentes nas discussões, a Declaração final optou por manter a essencialidade do apoio do Estado, sem deixar de lado a importância do apoio privado.

Em relação ao Brasil, onde também a questão público-privado costuma fomentar inúmeras discussões sobre o financiamento da educação superior, é sempre oportuno lembrar por um lado a responsabilidade do Estado na promoção e manutenção do ensino superior e da pesquisa, sem esquecer, por outro, que a democratização do acesso está em curso e com tendência de constante ampliação devido à progressiva universalização da educação básica. Essa expansão dificilmente poderá ser financiada pelo setor público em sua totalidade devido aos custos crescentes para corrigir os déficits acumulados historicamente, como também para assegurar padrões aceitáveis de qualidade.

Não podemos deixar de considerar que uma parte considerável dos estudantes que hoje são obrigados a optarem pelo ensino superior privado devido à carência de oferta pelo setor público, não dispõem de recursos financeiros, recorrendo, via de regra, ao crédito educativo que é um empréstimo a ser pago após a conclusão dos estudos. O pagamento desse empréstimo, por sua vez, poderá enfrentar crescentes

---

<sup>20</sup> Unesco. Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o Século XXI. Ob.cit. p. 29.

dificuldades decorrentes do desemprego estrutural. Trata-se em suma de uma questão que precisa ser amplamente debatida pela sociedade e equacionada pelos partidos políticos.

### **Por uma nova partilha de conhecimentos e talentos**

Os últimos artigos da Declaração Mundial são dedicados à necessidade de partilhar conhecimentos, não perder talentos e estabelecer uma política de alianças e parcerias. O princípio da solidariedade e de uma autêntica parceria entre instituições de educação superior em todo o mundo é crucial, tanto no que se refere a uma melhor distribuição do conhecimento, quanto para melhor conhecer e aprender a conviver com culturas e valores diferentes. É importante que os esquemas de cooperação se fundamentem em relações de cooperação a longo prazo. Sobre esse aspecto, a experiência de intercâmbio da Unesco pode oferecer uma grande contribuição.

Deve-se considerar a necessidade de criar ambientes de aprendizagem e pesquisa que atraiam e mantenham talentos, mormente nos países em desenvolvimento como o Brasil. A fixação de talentos é fundamental para o desenvolvimento sustentável, seja de um país ou de uma região específica. Nessa direção, o Programa UNITWIN, das Cátedras Unesco, pode oferecer uma contribuição substantiva. Uma das estratégias preconizadas para atingir o objetivo de atrair e fixar talentos é o lançamento de uma campanha vigorosa através do esforço conjunto da comunidade internacional e com base na solidariedade acadêmica, para encorajar o retorno de acadêmicos aos seus países de origem, além de promover o envolvimento de voluntários universitários – acadêmicos aposentados recentemente ou em início de carreira – que tenham o desejo de ensinar ou de desenvolver pesquisas em instituições de educação superior nos países ou regiões em desenvolvimento<sup>21</sup>.

A Declaração enfatiza por último uma política de alianças e parcerias entre as partes envolvidas com a educação superior – formuladores de política, pesquisadores, professores, estudantes, pessoal administrativo e técnico, o mundo do trabalho e as organizações não-governamentais. Doravante, a parceria com base em interesses

---

<sup>21</sup> Unesco. Marco Referencial de Ação Prioritária para a Mudança e o Desenvolvimento do Ensino Superior. In: Tendências da educação superior para o século XXI. Ob. Cit. p. 41.

comuns, respeito mútuo e credibilidade deve ser a matriz principal para a renovação da educação superior<sup>22</sup>. As mudanças preconizadas necessitam dessa parceria, pois as resistências às inovações são muitas, fazendo-se necessário que os gestores do processo de transformação e transição aos novos tempos tenham sensibilidade política para somar esforços e potencializar possibilidades.

Não poderia encerrar essa exposição sem uma palavra final dirigida ao Estado do Amapá, onde as instituições de ensino e pesquisa são novas e têm pela frente um enorme desafio. Muitos dos princípios e diretrizes da Declaração Mundial para a Educação Superior no Século XXI se aplicam à realidade desse Estado e poderão ser úteis para a construção de um sistema de educação superior sem os vícios e vieses de sistemas mais antigos. O Amapá ocupa uma posição estratégica devido à sua proximidade com as Guianas, os países da Bacia Amazônica e os da América Central. Ele pode se transformar com o apoio da comunidade internacional em pólo importante de pesquisa regional, atraindo docentes e pesquisadores de outras regiões brasileiras e de outros países em linhas de pesquisa fundamentais para o desenvolvimento da região. Enfatizo a pesquisa porque o acervo de conhecimentos sobre essa região é pequeno, sobretudo em relação aos recursos naturais. Os conhecimentos que forem produzidos alimentarão as atividades de ensino e pesquisa e isso é fundamental para que as atividades de ensino sejam fortalecidas com insumos do próprio meio. Para tanto, considero importante o delineamento de um projeto de longo prazo legitimado por uma discussão pública de qualidade e executado em parceria pelos principais atores envolvidos.

---

<sup>22</sup> Unesco. Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o Século XXI. Ob.cit. p. 31.

## **Bolsa-Escola, Pobreza e Cidadania\***

\* Conferência proferida no Seminário Nacional Renda Mínima vinculada à Educação, Câmara dos Deputados, 8 e 9 de novembro, 2000. A produção do texto contou com a colaboração de Júlio Jacobo,



Ao ensejo da realização do Seminário Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação, quero primeiramente saudar os representantes da Argentina e do México aqui presentes e cumprimentar a Câmara dos Deputados por mais uma importante iniciativa em prol das políticas públicas de combate à pobreza, que a UNESCO apóia, devido a sua enorme relevância pública.

Em 1995, durante o Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social realizado em Copenhague, Dinamarca, inaugurava-se o Relógio da Pobreza. Era uma tentativa de mostrar, de forma dramática, a rapidez do crescimento da pobreza no mundo. Nesse relógio, a cada minuto, chega a 47 o número de pessoas que se soma ao já enorme contingente de pobres, movimentando seus ponteiros digitais. E isso representa nada menos que 25 milhões de pessoas por ano se incorporando ao contingente de pobres no mundo. A América Latina não fugiu a esse quadro desolador. No período que vai de 1980 a 1999, o número de pessoas pobres aumentou de 63 para 130 milhões.

Em 1947, um ano após a criação da Unesco e um ano antes da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a população mundial era de 2,3 bilhões de pessoas. Desse total, 400 milhões eram de pobres e representava 17,3% da população mundial. Já em fins deste século que se encerra, os estudos de diversos organismos internacionais estimam em 1,3 bilhão o número de pobres, o que significa aproximadamente 22% dos 6 bilhões de pessoas que hoje habitam o mundo. Contrasta com esse quadro o fato de a riqueza produzida pela humanidade haver aumentado, nesse mesmo período, mais de 7 vezes.

É inegável que enormes avanços foram registrados nas últimas décadas. Desde 1960, a mortalidade infantil nos países em desenvolvimento caiu mais de 50%; a incidência da subnutrição teve queda de 30%; em 20 anos, a China e outros 14 países, que representam 1,6 bilhão de pessoas, diminuíram em 50% a parcela da população vivendo abaixo da linha de pobreza. Ainda assim, segundo o PNUD, 840 milhões de pessoas, entre elas 160 milhões de crianças, estão subnutridas, 100 milhões de crianças estão sem escolas, cerca de quase 900 milhões de habitantes são analfabetos absolutos, e um número ainda maior não tem acesso à água potável.

Mas não só se intensificou o quadro da pobreza no mundo como também mudaram as condições objetivas que sustentavam diversas propostas de solução. A enorme crença numa ordem social alternativa que igualasse os homens em suas posses, permitindo à humanidade passar do estágio da necessidade ao império da liberdade, ruiu

juntamente com o Muro de Berlim. E não devemos esquecer que foi essa crença que sustentou grande parte dos movimentos sociais deste controvertido século XX.

Num outro campo de propostas e de alternativas, as que surgiram sob a inspiração do Welfare State Keynesiano, foi possível observar um nítido processo de corrosão de conquistas sociais, sobretudo nas últimas duas décadas. As grandes transformações acontecidas na economia capitalista no fim de século, com profundas repercussões no mundo do trabalho, levaram a um processo de crise e progressiva desestruturação dos mecanismos de salvaguarda social concebidos e estruturados nas últimas cinco décadas.

As primeiras transformações referem-se a uma dupla dissociação: a ruptura da relação entre produção e emprego e a ruptura da relação entre emprego e renda, provocadas por grandes mudanças no campo da ciência e da tecnologia, permitindo e favorecendo uma alta produtividade, que por sua vez acirrou a competitividade entre as nações e acelerou o processo de globalização das relações econômicas. A consequência desse fenômeno, que vive a sua plenitude, tem sido a redução da necessidade do trabalho, fazendo surgir, entre outros efeitos, um novo segmento social – o dos "novos pobres", antes inseridos no mercado de trabalho, o que significa que a exclusão não mais se limita aos grupos fragilizados em geral (incapazes, idosos etc); começa a atingir também setores que antes se julgavam estáveis.

As outras transformações decorrem das dificuldades dos sistemas burocratizados de proteção social em se adaptarem às novas realidades. Os obstáculos são tanto de natureza econômica quanto política. A redução de postos de trabalho provoca, como todos nós sabemos, a redução das contribuições dos trabalhadores ao sistema de previdência social, configurando-se um novo quadro onde, por um lado, destaca-se o progresso tecnológico e, por outro, assiste-se ao declínio da justiça social. Nesse novo cenário, somente atender a desempregados e assistir a fragilizados torna-se insuficiente. O assistencialismo pode conduzir a uma cidadania de segunda classe. Ademais, não podemos nos esquecer de que há o componente político crescentemente alimentado pelo amplo envolvimento da sociedade civil e das organizações não-governamentais na discussão pública do impasse. A esse raciocínio pode ser acrescentado o extraordinário crescimento das aspirações por vida mais digna e pela inserção nos progressos civilizatórios caminhando pari passu com os entraves e dificuldades para o atendimento dessas aspirações. A defasagem entre esses pólos está ampliando de forma considerável o potencial político da insatisfação coletiva.

Na medida em que a elevação da produtividade favorecida pela alta velocidade dos avanços científicos e tecnológicos, aliada a um processo de globalização e concorrência desenfreada e, por vezes, sem ética, limita a necessidade do trabalho, a exclusão se amplia e se torna o fator mais incisivo da crise do mundo globalizado. Nunca foi tão urgente uma nova ética para presidir e governar o desenvolvimento.

Nossos modernos sistemas de proteção social estruturaram-se, historicamente, a partir de duas vertentes bem diferenciadas. A assistência a indivíduos ou a famílias em situação de necessidade vem de longa data. Mesmo quando reconhecida modernamente como um direito social, não perde suas características originais como direito subjetivo, categorial, não-contributivo e seletivo. De forma mais moderna, com a universalização do trabalho assalariado, o trabalhador passou a ter direito a uma renda substitutiva em situações de privação temporária (por enfermidade ou por desemprego) ou definitiva (invalidez, velhice) financiada com as contribuições, de forma proporcional à renda dos setores efetivamente empregados.

Devido a isso, emergiram e se consolidaram sistemas de seguridade social obrigatórios. Temos assim a estruturação de sistemas de seguridade social obrigatórios, estabelecidos \* como um direito objetivo, com contribuições regulamentadas e resultado de uma estreita relação entre ocupação estável e possibilidades de acesso à proteção social.

Apesar da diversidade nos modos de estruturação, pode-se afirmar que esses dois dispositivos - a assistência e o seguro social, - em grau variável, constituíram a base dos sistemas de proteção social do mundo moderno, ao menos até a década dos 80, a partir da qual uma série de novos fatores presentes no processo de transformação produtiva surgem e concorrem para corroer as bases de sustentação do Estado de Bem-estar Social inspiradas nas teorias keynesianas do pleno emprego.

Por um lado, registra-se a crescente substituição do trabalho "vivo" pelo trabalho "morto". O gigantesco desenvolvimento tecnológico das últimas décadas foi substituindo, de forma progressiva, o trabalhador pela máquina, mediante a utilização de processos altamente automatizados. Isso vem originando uma crescente ruptura no binômio produção/renda, diminuindo, em relação ao produto gerado, os postos de trabalho. Por outro, junto ao enorme incremento na produção da riqueza social, observa-se um enorme

incremento na geração de tempo livre excedente, tempo livre de grandes massas da população que nem nas melhores condições do ciclo econômico poderá ser incorporado à esfera produtiva. Se o binômio produção/renda sofre uma forte inflexão, também se constata rupturas na relação emprego/renda/contribuição para a seguridade social com o aparecimento de novas formas de utilização do tempo de trabalho (terceirização, flexibilização, trabalho autônomo, emprego temporário, ocupações precárias, etc).

Algumas idéias lançadas, inclusive pela Cepal, de transformação produtiva com equidade não foram avante devido, entre outros fatores, à prática de um verdadeiro fundamentalismo de mercado, para usar a expressão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A rigor, o que temos presenciado nos últimos anos é a persistência de políticas excludentes e concentradoras de renda.

É sobre a base dessas profundas rupturas que se estruturam, no mundo todo, as diversas propostas que, de forma genérica, denominamos como Garantia de Renda Mínima ou Direito de Cidadania de contar com um ingresso básico, através de mecanismos de transferência monetária a indivíduos ou famílias, para garantir um patamar mínimo de existência e subsistência dignas.

Nos países desenvolvidos, que entraram no século 20 numa posição relativamente vantajosa, o debate se centra na crise da sociedade salarial e nas necessidades de reformulação do sistema de seguridade e de proteção social. Nos países em desenvolvimento, como os da América Latina, que começaram o século XX em uma situação relativamente desvantajosa e vulnerável, e que se inseriram ou foram inseridos na complicada rota dos ajustes macroestruturais de inspiração neoliberal, o debate sobre o tema centra-se nos mecanismos de combate a uma pobreza histórica e estrutural.

Não podemos negar que, em torno das propostas de renda mínima, existe ainda um grande conjunto de questões pouco abordadas e mal resolvidas em nosso meio. São questões que vão muito além das definições técnicas ou operacionais, dos critérios ou da abrangência de tal ou qual programa concreto. São questões situadas na esfera dos problemas políticos e econômicos que o país enfrenta.

Apesar do aparente consenso que parece cercar esse tipo de iniciativa, pretendemos nesta oportunidade, chamar a atenção para o fato de que os programas de renda mínima se inscrevem num campo polêmico, num terreno de desafios e

especificidades que podem nos dar um marco conceitual para avaliar e comparar as diferenças e semelhanças entre as diversas experiências já existentes, várias das quais certamente serão abordadas ao longo deste seminário.

Em primeiro lugar, sublinha-se o próprio fato de o aparente consenso suprapolítico, que parece enfeixar esse tipo de iniciativa, tanto no plano da constituição histórica dessa estratégia quanto no plano da diversidade de apoios que as experiências de renda mínima têm recebido.

Efetivamente, as demandas por uma estratégia de transferência monetária direta como um mecanismo moderno de combate às desigualdades e à exclusão, como forma substitutiva das estruturas de proteção e seguridade social, se originam e se fundamentam tanto no epicentro das propostas neoliberais (Frederich Hayek e Milton Friedman) quanto nas discussões da esquerda sobre a crise da sociedade do trabalho (podem-se mencionar, neste campo, as figuras de André Gorz e Van Prajjs, dentre outros).

No Brasil, a oportuna proposta do Senador Eduardo Suplicy, para a implantação de um programa de Renda Mínima Nacional que atingiria perto de 38 milhões de pessoas, foi aprovada em dezembro de 1991, de forma unânime, por todos os Partidos Políticos no Senado.

Numa recente pesquisa da UNESCO em articulação com a Undime ( União dos Dirigentes Municipais de Educação) realizada com cerca de 2.000 dirigentes municipais de educação, foi possível verificar a relativa independência das iniciativas locais de renda mínima da filiação partidária, tanto da parte dos Prefeitos quanto dos Secretários Municipais de Educação. As experiências de modo geral eram aceitas por todos os partidos políticos. Cabe perguntar a essa altura o que esse aparente consenso realmente significa e representa. Oxalá seja um sinal de emergência de um novo patamar político.

Uma outra questão que abre sérios interrogantes e perplexidades é o "vazio social" que marca a constituição e consolidação das propostas de renda mínima no mundo todo. Apesar de ser visto, em muitos casos, como um modelo de superação de antigos conflitos e disparidades sociais e como um direito para a constituição de uma nova cidadania, não engendrou, ainda, demandas reivindicativas de peso nos movimentos sociais deste final de século. São iniciativas propagadas por algumas organizações como o Basic Income European Network, por grupos de intelectuais preocupados com as saídas possíveis para as desigualdades que marcam nossa

modernidade, por legisladores ou dirigentes políticos tentando achar formas mais eficientes de combate à pobreza e à exclusão. Todavia, não foi ainda incorporado nas pautas de luta ou nas reivindicações centrais dos movimentos sociais de base.

Tudo indica, no entanto, que, como a questão da pobreza esteja em franca evolução política, existem possibilidades concretas de alternativas de renda mínima como a bolsa-escola, virem a se constituir em plataformas obrigatórias dos programas dos partidos políticos, das políticas de governo e da sociedade civil em geral. Nas campanhas políticas das últimas eleições municipais, a reivindicação bolsa-escola já se fez presente em alguns partidos políticos. Acrescente-se também a decisão do Governo Federal de investir fortemente no programa.

Uma terceira questão nos remete à real capacidade que têm os poderes públicos, em situação de crise financeira e de aperto estrutural, de implementar programas massivos de renda mínima em condições de superar, efetivamente, os marcos da pobreza estrutural reinante em nossos países. O que se tem visto, com muito mais freqüência que o desejado, é a definição das linhas de pobreza que deveriam ser atendidas pelos programas, muito mais a partir dos saldos ou resíduos financeiros disponíveis do que de um entendimento das necessidades sociais básicas da população.

Isso nos leva a outro conjunto de questões, ainda em aberto, que esperamos sejam discutidas e esclarecidas neste Seminário. Em primeiro lugar, cabe perguntar em que medida as estratégias de renda mínima se localizam ainda no terreno das políticas residuais e compensatórias ou já adquiriram a prioridade necessária para serem consideradas como políticas sociais de construção de uma sociedade mais justa e eqüitativa. Até que ponto elas operam ainda nos marcos dos "mínimos aceitáveis de miserabilidade" ou são entendidas como mínimos de necessidades sociais a serem satisfeitas como direito a ser garantido de forma universal? Em que medida a liberdade e autonomia de escolha que esses programas propagam consistem em incremento da capacidade de escolhas de formas e qualidades de vida, ou simplesmente escolha de bens e serviços oferecidos pelo mercado?

Por outro lado, se como política distributiva de enfrentamento da pobreza e das mazelas dos mercados modernos surge um conjunto de dúvidas e questionamentos de diversos setores, como experiências de renda mínima associadas à educação, tipo bolsa-escola, existe uma série de evidências francamente favoráveis. Apesar das críticas às limitações distributivas dos programas bolsa-escola, sobretudo por focalizar somente aquelas famílias pobres ou miseráveis com filhos em idade escolar, diversos trabalhos e

estudos, nos permitem sustentar a eficácia social dos programas de renda mínima associados à educação.

Como já afirmamos em diversas oportunidades, a idéia de garantir um ingresso mínimo a famílias em situação de necessidade ou abaixo da linha de pobreza, não é nova. Diversos países da Europa (como Inglaterra, Alemanha, Holanda, Bélgica, França, Irlanda, etc) implantaram, desde a década de 60, algum tipo de estratégia neste sentido e a própria Carta Social adotada pela OCDE preconiza sua ampliação e extensão. Nos Estados Unidos da América, diversos programas, como o antigo Aid for Families with Dependent Children – AFDC - cumprem função idêntica.

A originalidade impactante dos programas que vêm sendo implantados no Brasil é sua ancoragem educacional. Noutras partes do mundo, tais programas ou são de tipo incondicional (benefício universal ao alcance de todo indivíduo ou família de baixa renda, sem exigência de contrapartida) ou, quando exigem alguma contraprestação, esta se atrela a determinada ocupação do tempo disponível dos adultos (cursos de qualificação ou requalificação profissional, trabalho em programas de utilidade social ou comunitária, obrigatoriedade de procura de emprego, etc.). No Brasil, a maior parte dos programas do gênero que vêm sendo desenvolvidos por Estados e Municípios e agora, com cobertura nacional a partir do Programa de Bolsa-Escola do Governo Federal (Lei de Renda Mínima para Educação), a obrigação das famílias para ter acesso ao benefício, é a matrícula e manutenção dos filhos na escola. Nessa diferença reside a dimensão inovadora dos programas existentes no Brasil.

Tal caráter inovador dos projetos de renda mínima, na modalidade bolsa-escola, adotada por alguns Estados e Municípios brasileiros, foi igualmente reconhecido pela pesquisa realizada por Lena Lavinás, do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) vinculado ao Governo Federal. O programa bolsa-escola, afirma essa pesquisadora, introduz um enfoque inovador, pois pretende atacar de uma só vez várias dimensões da pobreza, tal qual ela se apresenta no Brasil: déficit de renda + déficit de formação escolar + déficit de cidadania. Nesse sentido, oferece um desenho até então ausente das políticas compensatórias, pois enfrenta um conjunto de carências não consideradas no rol de políticas e programas do modelo universalista excludente que

prevaleceu até finais da década de 1980. Tem, portanto, continua Lavinias, a possibilidade de se constituir num novo registro em matéria de política social no Brasil, que contempla no seu cerne os grupos sociais mais desfavorecidos e tradicionalmente excluídos.

Numa recente pesquisa avaliativa realizada pela Unesco Brasil, em parceria com o Unicef e a Pólis, sobre o Programa Bolsa-Escola do Distrito Federal foi possível comprovar, pelas evidências coletadas, resultados realmente significativos e favoráveis, dentre os quais se destacam:

No campo educacional:

- ◆ Promove drástica redução da evasão da repetência escolar nos estratos sociais onde esses fenômenos apresentam maior incidência;
- ◆ Tem efeitos positivos na melhoria da aprendizagem e do aproveitamento escolar dos alunos bolsistas.
- ◆ Estimula a motivação e as aspirações educacionais dos bolsistas.

No campo familiar:

- ◆ Promove a melhoria das condições de vida.
- ◆ Aumenta de forma significativa a preocupação familiar pelo desempenho escolar dos filhos.
- ◆ Revaloriza o papel da mulher na família (no DF, é a única que pode retirar o dinheiro da bolsa-escola no Banco)

No campo social:

- ◆ Praticamente elimina o trabalho infantil, mecanismo de perpetuação da pobreza entre gerações.
- ◆ Retira as crianças e os jovens das ruas, colocando-os na escola, o que certamente deverá influir nos índices futuros de delinqüência e violência.
- ◆ Fortalece a cidadania ao diminuir a exclusão social.

No campo econômico:

- ◆ Amplia a atividade econômica, ao expandir a base de consumo;
- ◆ Pode substituir, com grandes vantagens, outros programas sociais, de cunho assistencialista e, por vezes, mais onerosos.



- ◆ Converte-se em investimento preventivo na medida em que ajuda a evitar futuros gastos do poder público.

Esse conjunto de fatores nos permite indicar o enorme potencial de impacto inerente aos programas de renda mínima associados à educação que articulam e proporcionam em um movimento único, tanto o combate à pobreza quanto a melhoria das condições educacionais da população, contribuindo para corrigir as desigualdades em torno do acesso, permanência e sucesso das crianças na escola fundamental.

Ademais, a estratégia de renda mínima associada à educação possui uma dimensão política de grande alcance, pois a educação vista como o maior bem comum da humanidade, como ainda recentemente disse o Diretor Geral da Unesco – Koichiro Matsuura – fortalece a luta pela cidadania na medida em que prepara crianças e adolescentes para um processo de construção social mais justo e equitativo, que todos nós esperamos venha a se tornar realidade nos primeiros decênios do próximo século.

Por outro lado, como investimento preventivo, o programa bolsa-escola, tirando crianças das ruas e colocando-as na escola pode ajudar a evitar que novas e onerosas Febens sejam criadas, contribuindo dessa forma para a redução de gastos do poder público e evitando penalizar ainda mais crianças e jovens em situação de risco. Além disso, o programa como estratégia de sobrevivência da família, permitindo a compra local de alimentos, ajuda a melhorar a qualidade de alimentação e ativa o comércio local, o que deixa claro a sua amplitude como política pública.

Em termos econômicos, é importante destacar ainda a dimensão prospectiva do programa. Ele aponta para a direção de desenvolvimento auto-sustentável, pois seus efeitos se revertem para combater as causas da pobreza, podendo a longo prazo se constituir em fator de rompimento do ciclo retroalimentador da miséria, ou, como queria, Gunnar Myrdal, o princípio de causação circular, onde pobreza e miséria acabam gerando mais pobreza e miséria. Essa perspectiva adquire uma enorme dimensão econômica se tentarmos calcular o custo da pobreza gerando mais pobreza. Vejamos, só para citar um exemplo, o caso repetência na educação fundamental brasileira, onde um aluno para cursar a escola obrigatória de 8 anos pode demorar em média 10,5 (dez anos e meio). Não será difícil imaginar a enorme quantia de recursos sendo desperdiçada com a repetência no Brasil. É certo que a bolsa-escola, por si só, não irá resolver esse problema, mas poderá constituir-se em estratégia auxiliar de grande alcance.

Para encerrar, é importante chamar a atenção de que o programa bolsa-escola, em sua tríplice dimensão de combate à pobreza, aumento da escolaridade e promoção da cidadania, só poderá garantir seu êxito na medida em que ele se generalizar como política pública de cobertura nacional. Como observou com lucidez a pesquisa do IPEA mencionada, a mobilidade espacial e ocupacional da população pobre no Brasil é muito grande, o que torna arriscado fixar critérios para a concessão da bolsa, como tempo de residência, por exemplo.

Sob esse aspecto, o programa bolsa-escola do Governo Federal (Programa de Renda Mínima) sob execução em parceria com os municípios de renda familiar per capita e renda tributária inferiores às respectivas médias do Estado, parece ser no momento a melhor alternativa de política pública. É certo que os valores praticados são ainda insuficientes para um efetivo combate à pobreza. No entanto há uma nítida vontade política para ampliar os valores destinados a cada família atualmente, de forma a convertê-los em instrumento eficaz e eficiente de redução da pobreza e promoção da cidadania.

A Unesco, desde as primeiras experiências de renda mínima associada à educação iniciadas no Brasil, tem procurado avaliar e acompanhar seu impacto e seus efeitos. Mais do que isso, tem procurado divulgar essas experiências em outros países, pois elas de fato podem ajudar na luta maior da Unesco hoje, que é a de garantir educação de qualidade para todos. Estamos tentando agora levar essa proposta, por intermédio da Unesco em Paris, à Cúpula das Nações Unidas aproveitando o ensejo do Ano 2001 dedicado ao Diálogo entre as Culturas e as Civilizações.

A proposta que formulamos para entrar na agenda do Diálogo entre as Culturas e as Civilizações, ou de forma mais específica entre as nações pobres e ricas, envolve a troca de parte da dívida externa dos países pobres por bolsa-escola. Estamos cada vez mais seguros de que será somente por intermédio da solidariedade entre as nações, que será possível construir estratégias duradouras de combate à pobreza.

A renda mínima associada à educação, em sua modalidade bolsa-escola tem a vantagem de converter uma ajuda em mecanismo que pode torná-la um dia desnecessária, ao contrário da ajuda assistencialista que não rompe o círculo vicioso da miséria e perpetua a exclusão.

## **A Idéia de uma Sociedade Leitora\***

\* Conferência proferida na Semana do livro e da Cultura – ACDF – novembro/2000

O Brasil empreende hoje uma promissora política de educação para todos. Aproximadamente 36 milhões de crianças estão matriculadas no ensino fundamental e quase 8 milhões de jovens já freqüentam o ensino médio, oferecendo à juventude brasileira oportunidades concretas de prosseguimento de estudos, condição indispensável para enfrentar os desafios de uma sociedade que se mundializa em todos os setores das atividades humanas.

Apesar desse lado positivo, o País se defronta com problemas difíceis na área social. Uma boa parte da população brasileira está excluída do progresso, vivendo em situação de absoluta pobreza, e as perspectivas de inserção no mundo do trabalho das novas gerações não são animadoras devido principalmente ao paradigma atual de desenvolvimento altamente competitivo, como também à alta velocidade das inovações tecnológicas redutoras de postos de trabalho. As freqüentes crises mundiais e regionais de mercado e moeda – Japão, Coréia, México, Brasil e, mais recentemente, a Argentina - ampliam as incertezas do futuro e afetam de modo especial os jovens. Ademais, os diversos conflitos e confrontos (raciais, étnicos, religiosos, econômicos etc.) que assolam nossa atualidade, ao lado da impunidade, estão contribuindo para gerar um quadro de insegurança coletiva. Destaque-se nesse quadro o aumento da delinqüência, das drogas e da violência contra a juventude.

Preocupada com o crescimento da violência entre os jovens, a Unesco deu início há três anos a um amplo projeto de pesquisa sobre Violência, Juventude e Cidadania com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a crise atual da juventude e oferecer subsídios ao poder público e à sociedade civil para a revisão ou instauração de políticas públicas de protagonismo juvenil. Mediante o emprego de metodologias que combinam as vertentes quantitativas e qualitativas de pesquisa, foram feitos importantes estudos nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro, Fortaleza e Curitiba. Essas pesquisas apresentaram resultados preocupantes que indicam entre outros, que o jovem está esquecido e marginalizado, sendo que o esquecimento e a omissão podem distanciá-los do processo de construção de uma cidadania pró-ativa e empurrá-los para vertentes alienantes e, por vezes, perigosas.

A pesquisa feita em Brasília, por exemplo, mostrou o quanto estamos longe de uma relação professor-aluno presidida por normas éticas e de respeito mútuo. Muitos alunos sentem-se humilhados e excluídos do processo educativo. Em alguns casos

chegam a ser chamados de vagabundos e cretinos<sup>23</sup>. Em situações assim, não será surpresa o aluno sentir-se atraído por uma gangue que lhe dá mais segurança e possibilidade de afirmação, mesmo trilhando os caminhos das drogas e entorpecentes. Em outros casos, a relação professor-aluno é agravada pela violência contra os professores – violências verbais e até física, criando um clima nefasto para a aprendizagem.

Contudo, o mais importante é que algumas pesquisas, como a do Rio de Janeiro, mostraram também uma considerável parte dos jovens, principalmente das classes populares, preocupados com uma escola de qualidade que de fato os prepare para enfrentar um mundo competitivo e em transformação. Significa que nem tudo está perdido, pois existem rapazes e moças que valorizam a escola e têm consciência da sua importância e dela possuem uma enorme expectativa e esperança<sup>24</sup>. Exemplo disso pode ser encontrado nas escolas técnicas federais, que estão entre as mais disputadas pelos jovens devido à qualidade do ensino, ou ainda na rede de escolas mantidas pela Fundação Bradesco e pelo SESI localizadas via de regra em regiões pobres e que são igualmente procuradas pelo mesmo motivo. Essas experiências mostram que é possível oferecer um ensino de qualidade às populações de baixa renda.

Esses dados e exemplos deixam evidente quando a escola se mostra competente os alunos respondem positivamente assumindo uma postura voltada aos estudos e se portando como sujeitos do processo educativo. Todavia, essa não é a regra. Não são muito numerosas as que oferecem um ensino de qualidade. A própria expansão do sistema escolar somada às limitações de financiamento e às dificuldades históricas para a valorização do magistério, de certa forma dificultam a generalização da qualidade. Acrescente-se a existência de um quadro social crítico atuando num regime de subtração dos esforços empreendidos. Nessa dialética de contradições e de contrários, os exemplos que mencionamos das escolas técnicas federais e das escolas da Fundação Bradesco e do SESI, colocam-se como ilhas de qualidade, em volta das quais circunda um universo maior e mais complexo dos grandes desafios porvindouros.

Tais desafios não mais se circunscrevem somente à dimensão pedagógica. Além dos problemas no setor, e que não são poucos, avolumam-se os de natureza

---

<sup>23</sup> Waiselfisz, Júlio J. Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília. São Paulo, Cortez/Unesco, 1998, p. 63.

<sup>24</sup> Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Rio, Unesco/Garamond, 1999, p.266.

social, mormente os que se referem à violência, aids e drogas, para os quais – é imperativo reconhecer – a escola não está preparada.

Pesquisa recente feita pela Unesco no Brasil (Mapa da Violência II), revela dados estarrecedores sobre as mortes por causas violentas contra os jovens brasileiros, dentre os quais se destacam:

- ◆ O aumento decenal de homicídio na faixa etária de 15 a 24 anos foi de 51,7% com incidência maior nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

- ◆ Houve crescimento significativo nas cidades de Cuiabá, Rio de Janeiro, Macapá, João Pessoa, Florianópolis, Recife, Vitória, Brasília, Manaus, Belém e Campo Grande;

- ◆ O maior número de óbitos por homicídios é registrado nos fins de semana (sábado e domingo), cujo crescimento em relação aos demais dias da semana é da ordem de 57%;

- ◆ Com uma taxa de 47,8 homicídios por 100.000 jovens, o Brasil ocupa a 3<sup>a</sup> posição no ranking internacional, distante de países como Irlanda, Espanha ou Noruega, cujas taxas são de 1 ou menos mortes por 100,000 habitantes;

- ◆ Em termos de suicídios entre os jovens, o aumento decenal foi de 48,9%, com picos nos Estados do Amazonas, Tocantins, Pará, Ceará, Pernambuco e Espírito Santo;

- ◆ As armas de fogo são responsáveis por 25,5% do total de óbitos por causas externas do país e por 61,2% do total de homicídios. Entre os jovens, essa taxa é bem maior;

Uma constatação intrigante dessa pesquisa é a vitimização da juventude nos fins de semana. As fatalidades crescem aos sábados e domingos. A partir dessa constatação, a Unesco lançou a idéia de aproveitamento das escolas nos fins de semana para o desenvolvimento de atividades, culturais, educacionais e desportivas.

Essa proposta se fundamenta na possibilidade de canalizar a energia jovem para atividades criativas e de construção de uma cidadania cultural. As primeiras experiências concretas dessa idéia estão sendo levadas a efeito no Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Mato Grosso com escolas da rede pública. Entre as várias atividades previstas para serem desenvolvidas por esse projeto, destaca-se à de formação de bibliotecas escolares e o desenvolvimento de hábitos de leitura no âmbito da comunidade escolar. Como diz o preâmbulo do Manifesto Conjunto UNESCO-IFLA, a biblioteca escolar proporciona informação e idéias que são fundamentais para as pessoas progredirem com êxito em nossa sociedade contemporânea, baseada na informação e no conhecimento. Proporciona aos alunos competências para a aprendizagem ao longo de toda a sua vida e contribui para desenvolver sua imaginação, permitindo que conduzam suas vidas como cidadãos responsáveis<sup>25</sup>.

Por isso mesmo a formação de leitores é fundamental. A rigor, tanto o professor quanto o aluno precisam ser formados. Como diz um especialista, a educação do educador-leitor precisa ser feita de modo que na escola ele possa educar outros leitores. É um tema dos mais palpitantes na sociedade brasileira hoje, não só porque o saber científico circula através da escrita, exigindo necessariamente a complementaridade da leitura, como também devido à necessidade de que todos saibam ler criticamente as contradições do real<sup>26</sup>. Da mesma forma, os pais ou responsáveis pelas crianças e jovens precisam ser sensibilizados para a leitura pela importância mesmo que tem a família no processo educativo. A educação pelo exemplo continua a ser ponto de referência. Filhos de pais leitores têm muito mais chance de construir um projeto de vida pautado em valores culturais que são essenciais ao desenvolvimento humano de todas as pessoas.

As experiências-piloto no Rio de Janeiro, Pernambuco e Mato Grosso, de utilização das escolas nos fins de semana, inicialmente aos sábados, pretende não somente desenvolver hábitos de leituras mediante a utilização de métodos interativos de formação do leitores, como ainda, utilizar a leitura como instrumento de combate à violência. Nessa dimensão, é oportuno salientar que a leitura permite o

---

<sup>25</sup> Manifesto UNESCO/IFLO.

<sup>26</sup> Silva, Ezequiel Theodoro. A formação do leitor e a formação do professor para a educação infantil e o ensino fundamental. In: Formação de professores e alunos leitores. Brasil, MEC, 1994, p. 32.

desenvolvimento de novas crenças e valores. Na medida em que a escola, com o apoio da comunidade, abrir suas portas para receber a juventude do bairro nos fins de semana, bem como a suas respectivas famílias, visando o desenvolvimento de atividades culturais como cinema, leitura, exposições artísticas ... ou diversas modalidades de esporte, ela estará subsidiando os jovens na edificação de seus ideais de vida. Por sua vez, o fortalecimento dos ideais de vida revigora a auto-estima e ajuda o jovem a projetar um futuro mais criativo.

Essa nova postura poderá permitir à escola converter-se em agência de cultura. Atualmente, são poucas as escolas que se preocupam com a formação cultural, mesmo porque existe um problema histórico de ausência de diálogo entre política cultural e educacional. Esquecem-se os formuladores de políticas públicas que educação e cultura são faces indissociáveis do processo educativo. Os projetos do Rio de Janeiro, Pernambuco e Mato Grosso pretendem oferecer uma contribuição nesse sentido, imprimindo às escolas escolhidas para essa experiência uma dimensão indissociável entre educação e cultura, contemplando inclusive a questão da integração latino-americana, imprescindível para o diálogo das identidades do continente. Como toda educação é sempre uma educação para o amanhã, os jovens de hoje estarão doravante em diálogo com seus pares do Mercosul e dos demais países da América Latina. Assim sendo, as bibliotecas escolares dos projetos serão constituídas considerando também a perspectiva de uma integração cultural da América Latina.

Num horizonte mais amplo – o do próprio país – a idéia de uma sociedade leitora desponta como projeto cultural viável e de grande alcance coletivo. Se somarmos os alunos matriculados em todos os graus e modalidades de ensino no Brasil, incluindo os que freqüentam cursos intensivos de profissionalização em diversas opções de metodologia e duração, verifica-se que aproximadamente 1/3 da população brasileira está seguindo estudos regulares, supletivos ou informais. Esse dado é altamente revelador da potencialidade existente para a formação de uma sociedade leitora. Em tese pode-se afirmar que esse imenso universo de estudantes que se amplia de forma crescente, constitui excelente matéria prima para a construção de um ambicioso projeto de leitura. Constata-se dessa forma a existência de um grande espaço a ser trabalhado por uma bem planejada política de leitura que deveria ser uma das prioridades da política de cultura.



Por outro lado, se tomarmos como referência a tese defendida pela Unesco e hoje amplamente aceita, de uma educação para todos ao longo de toda a vida, a idéia de uma sociedade leitora cresce em importância, pois o livro, seja em seu formato tradicional seja em sua moderna versão privilegiada da tecnologia virtual, será sempre um instrumento ímpar no processo de enriquecimento pessoal e profissional das pessoas.

Todavia há a necessidade de construir uma política de valorização da leitura envolvendo desde cedo a família e a escola, mostrando sua importância para uma educação ao longo da vida. Além disso, de acordo com George Steiner, como o conjunto de valores tradicionais está desmantelado, como as próprias palavras foram deturpadas e vulgarizadas, como as formas clássicas de declaração e metáfora estão dando lugar a modalidades complexas e transitórias, a arte da leitura, do verdadeiro alfabetismo, deve ser reconstituída. Sem isso, a própria criação poderá ficar sujeita ao silêncio<sup>27</sup>.

A advertência de Steiner é atual e preocupante. Ao colocar a arte da leitura como o verdadeiro sentido do alfabetismo e como condição da própria criatividade, significa que a formação de uma sociedade leitora se tornou ainda mais urgente. Esse objetivo, por sua abrangência e importância para um país como o Brasil, não pode ficar restrito a experiências localizadas. Haverá de se constituir em política permanente de cultura e educação com ampla participação e envolvimento do poder público e da sociedade civil. A prioridade dessa política se amplia na medida em que, malgrado os progressos obtidos em termos de educação para todos, o cenário educacional do país é dos mais precários, apresentando desafios de grande magnitude tanto de natureza quantitativa quanto qualitativa.

De natureza quantitativa, por persistir ainda um grande número de crianças sem escolas e um expressivo contingente de jovens e adultos analfabetos puros e funcionais: cerca de 30 milhões aproximadamente. Por outro lado, se aplicarmos o conceito de alfabetismo de Steiner, esse número se amplia de forma considerável. Contudo o desafio maior é de natureza qualitativa, pois ainda estamos distantes de uma escola básica de qualidade. Sob esse aspecto, inúmeras pesquisas de avaliação da educação brasileira feitas no Brasil ou no exterior, mostram a defasagem em relação aos países mais

---

<sup>27</sup> Steiner, George. Linguagem e silêncio. S.Paulo, Cia das Letras, 1988, p. 29.

vançados. Só para se ter uma idéia, já que estamos falando de leitura, o desempenho em língua portuguesa dos alunos da 8ª série do ensino fundamental, que na pesquisa do SAEB de 1997, não atingia a metade dos acertos possíveis, ao invés de melhorar como seria a expectativa normal, caiu um pouco na pesquisa do SAEB de 1999<sup>28</sup>.

Em que pesem essas dificuldades e obstáculos, importa somarmos esforços para construirmos em parceria um amplo projeto de valorização da leitura e formação de uma sociedade leitora. O local para discutir essa proposta não poderia ser melhor do que uma sede dos empresários do comércio devido à ampla extensão e abrangência desse segmento. A sociedade brasileira não pode estar contente com as estatísticas sobre o livro. Em 1998, foram vendidos 293,8 milhões de livros, sendo 83,3 milhões de livros didáticos para uma população de mais de 160 milhões de habitantes. Em termos de livrarias, naquele mesmo ano, o país possuía um total de 1919, sendo 345 de livros didáticos e 233 de livros religiosos e esotéricos. Segundo o IBGE, nos municípios com até 5.000 habitantes, a presença de livrarias e lojas que vendem discos, fitas e CDs é muito rara, com percentuais de 13,6% e 5,6%, respectivamente. Quando se fala em todo território brasileiro, dos 5.506 municípios pesquisados, 65% não possuem esse comércio<sup>29</sup>. Entretanto é preciso considerar que uma boa parte da população brasileira não tem acesso a nenhum tipo de publicação e uma boa parte dos segmentos médios e altos da população continuam insensíveis ao desenvolvimento cultural. Para se ter uma idéia da defasagem brasileira em termos de número de livros em bibliotecas públicas e tiragem de jornais diários por 1.000 habitantes, recorreremos ao Informe Mundial sobre Educação de 1998:

◆ Na América do Sul, verifica-se na Argentina uma tiragem de 135 jornais, no Uruguai de 235, no Chile de 108, enquanto no Brasil observa-se a média de apenas 48. Nos EUA, consta uma tiragem de 218, no Reino Unido de 344 e na França de 234;

◆ Quanto aos dados do volume de livros em bibliotecas públicas, verifica-se na Argentina uma média de 388 livros, na Venezuela de 151, enquanto que o Brasil ainda não possui esses dados disponíveis. Todavia, pelos dados da Argentina e da Venezuela não será difícil imaginar os do Brasil; Observa-se no Canadá o volume de 2.383 livros, no Reino Unido de 2.232 e na França de 1.635.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> Folha de São Paulo, 21.11.00.

<sup>29</sup> Folha de São Paulo, 20.04.01.

<sup>30</sup> Informe Mundial sobre la Educación 1998. Paris, UNESCO, 1998.

Esse quadro só poderá ser mudado por intermédio de uma política permanente de sensibilização inteligente da sociedade brasileira em relação à relevância cultural e econômica da leitura. Muitas das habilidades demandadas pelas atividades do comércio e do setor serviços podem ser conseguidas pelo hábito da leitura de livros e jornais. A velha frase de um pioneiro da política editorial brasileira, - o escritor Monteiro Lobato - de que o homem que lê vale por dois, nunca foi tão atual. Quando mencionei anteriormente a importância dos segmentos empresariais em geral e, de forma específica, o segmento dos empresários do comércio, foi em função da liderança que exercem em todo o país, inclusive nas pequenas comunidades. Os setores empresariais podem dar uma grande contribuição para ampliar o número de leitores e, por conseguinte, ampliar os horizontes culturais de seus funcionários e respectivas famílias que certamente se reverterão na melhoria da própria produtividade empresarial. O incentivo à leitura deverá ser cada vez mais um componente categórico do balanço social da empresa.

Pelo lado da educação regular, a escola, a exemplo dos projetos que a Unesco começa a patrocinar nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Mato Grosso precisa em todas as etapas do processo educativo desenvolver e valorizar o hábito permanente da leitura. É preciso, no entanto, adotar novas metodologias para a formação de leitores. Não se desenvolve o fascínio pela leitura, para usar a expressão de Steiner, por intermédio de métodos autoritários. A escolha de um bom livro para iniciar o processo de leitura é fundamental, como diz uma reportagem da Revista Nova Escola a propósito de uma experiência desenvolvida por uma professora da Ilha do Governador, no Rio de Janeiro. Ela escolheu um livro – Cazusa, de Viriato Correia - que falava da vida dos meninos anos atrás na época da palmatória e passou a lê-lo em voz alta, porém criando momentos de suspense entre os alunos .

Foi usada a técnica do silêncio. O sucesso foi total<sup>31</sup>.

Um dos fatores que favorece o êxito de uma política de leitura é o marketing cultural do livro. As pessoas precisam ser conscientizadas sobre a importância da leitura para suas vidas e para o próprio país. Elas precisam de mensagens que lhes tocam o íntimo e as induzem espontaneamente ao admirável mundo da ficção, da não-ficção e aos jornais e revistas de qualidade.

---

<sup>31</sup> Revista Nova Escola, n. 111/98 p. 7.

Como diz um documento da Unesco, o livro é um passaporte para o mundo, quebrando as barreiras do tempo e espaço e proferindo a alegria da realização. Ele pode ser um companheiro fiel, um gerador de sonhos ou uma fonte de sabedoria, a critério e escolha de seu usuário. É justamente essa liberdade de escolha, que faz com que a palavra escrita seja única dentre os meios de comunicação. A mobilidade permitiu que o livro desempenhasse uma de suas funções fundamentais como um meio de reflexão e lazer, um vínculo entre culturas e pessoas, um catalisador de ações<sup>32</sup>.

Daí a sua importância entre os jovens. Ele estimula e favorece o diálogo da diversidade. Se, como enfatiza o Relatório da Comissão Mundial de Educação para o Século XXI, coordenado por Jacques Delors, a educação deve também responder à questão: viver juntos, com que finalidades, fazer o quê? e dar a cada um, ao longo de toda a vida, a capacidade de participar ativamente num projeto de sociedade<sup>33</sup>, conclui-se que o livro e a leitura crítica concorrem para responder à questão proposta pelo Relatório Delors, pois ajuda a estabelecer a ponte entre as pessoas para que possam em conjunto fazer a leitura crítica da sociedade, que é fundamental para o avanço dos direitos e deveres sociais.

Por isso mesmo, o livro precisa ser amplamente divulgado. O Brasil possuía em 1998, 1083 editoras que editavam mais de 4 mil títulos por ano. Boa parte dessa produção é de excelente qualidade. No entanto, tanto a divulgação quanto a distribuição são extremamente precárias.. Mesmo em segmentos especializados como as universidades, nem sempre o professor consegue tomar conhecimento dos últimos lançamentos. A má divulgação prejudica enormemente a instauração de uma política de leitura, como também ela está sendo prejudicada pela indústria de xerox nas universidades que impede que o estudante universitário organize sua biblioteca, convertendo-a numa estante de capítulos xerocopiados.

No que se refere à qualidade, uma política de leitura deve incentivar a divulgação de análises críticas. É importante porque o leitor nem sempre tem condições para avaliar a qualidade. Sob esse aspecto, a avaliação que se faz hoje do livro didático, a cargo do Ministério da Educação, constitui uma excelente iniciativa para evitar a escolha de livros que não preenchem alguns padrões mínimos. A divulgação por alguns jornais e revistas de resenhas críticas deveria ser ampliada mediante uma utilização regular dos meios de

---

<sup>32</sup> Books for all. UNESCO, 1973.

<sup>33</sup> Delors, J. Educação: um tesouro a descobrir. S.Paulo:Cortez; Brasília:MEC-UNESCO, 1998, p. 60.

comunicação mais adequados, inclusive as televisões educativas. Em outras palavras, é imprescindível a formação de uma sociedade leitora como também é imprescindível a qualificação da demanda.

Em outros países da América Latina, Ásia, Estados Árabes e África, a situação é praticamente a mesma ou ainda pior em alguns casos. Há uma notória escassez de livros como há também uma verdadeira “fome de livros”, situação que constitui grave obstáculo para o desenvolvimento social e econômico, pois os livros estão inerentemente vinculados à educação, e a educação destina-se a permitir que um indivíduo possa fornecer sua completa contribuição para a sociedade. As informações impressas servem, direta ou indiretamente, para construir nas mentes humanas, as defesas da paz. Os livros são meios importantes para desenvolver os valores espirituais da comunicação, podendo tornar-se um poderoso fator aglutinador de pessoas<sup>34</sup>.

Se, como já dissemos, há uma parte da população que, apesar do poder aquisitivo que possui, continua insensível ao valor econômico e social da leitura, há igualmente em vários segmentos sociais, uma verdadeira fome de leitura. Disso decorre a necessidade de popularização de bibliotecas, sobretudo nos bairros e nas escolas. É importante que o livro esteja perto de seu usuário. A proposta da Unesco de usar os espaços escolares nos fins de semana tem essa finalidade. Atraindo os jovens, com o apoio da comunidade, para espaços de convivência onde o lazer e a cultura se entrelacem e se fundam, seguramente a escola se converte em agência de formação de cidadãos, evitando que uma parte da juventude canalize suas energias para atividades que possam obstruir a construção de um projeto mais digno de vida.

É no marco dessa dimensão que se assenta a tese de que quanto mais bibliotecas e livros menor será a violência. Livros para Todos é uma decorrência natural da política de Educação para Todos. Toda educação de qualidade leva naturalmente ao cultivo permanente da leitura. O cultivo permanente da leitura educa a imaginação das pessoas e as predispõe ao diálogo e ao entendimento. Por sua vez, o entendimento e o respeito pelas pessoas constitui condição fundamental para o desenvolvimento de uma cultura de paz.

---

<sup>34</sup> Books for all. UNESCO, 1973.

Antes de encerrar, é oportuno ressaltar que a recente difusão da informação virtual tornou possível que a nova mídia provocasse implicações de grande alcance para a comunicação escrita. A Unesco chegou a realizar um simpósio para discuti-las. O propósito do simpósio era o de questionar o papel do livro à luz das possibilidades interativas da multimídia no contexto das novas tecnologias de informação, considerando a questão cultural e os ideais da Unesco de educação para todos, liberdade de informação, pluralismo cultural e defesa do patrimônio comum da humanidade. Os participantes do Simpósio enfatizaram a importância da arte que ascende e sustenta a paixão pela leitura, sobretudo, entre crianças e jovens<sup>35</sup>.

É certo que, como salientou o documento da Unesco, o atual papel do livro é determinante da cultura do amanhã. As mesmas tecnologias que podem ameaçar o livro, podem também promovê-lo pelas ramificações virtuais. Não se pode deixar de considerar que sob o ângulo da vertente privilegiada da tecnologia virtual, os livros parecem estar prosperando mais como bem de consumo disponível do que como um bem durável<sup>36</sup>. No entanto, independentemente das tendências, o livro, qualquer que seja a sua forma de apresentação constitui um bem que deve ser comum a todas as pessoas. Ele aponta em direção a uma cultura de paz na diversidade e, por conseguinte, a uma cultura da não-violência, que constitui a aspiração maior de todos nós.

A esse respeito a posição do filósofo Jacques Derrida é das mais oportunas. Diz ele que defende o livro não por conservadorismo ou passadismo, mas porque há riquezas asseguradas no livro e porque também, ele atende melhor as exigências de refinamento da escrita e de leitura. Há um grande número de valores relacionados ao livro. É preciso salvá-los e desenvolvê-los, mas não se deve fazer isso em oposição às novas tecnologias. Quero continuar ao mesmo tempo, continua Derrida, a escrever à mão, a digitar no computador e a utilizar o telefone<sup>37</sup>.

Para finalizar, o momento é oportuno para lembrar que há poucos dias comemoramos o Dia Nacional da Consciência Negra. Os versos do grande porta-voz dessa consciência, o poeta baiano Castro Alves, indicam a todos nós o caminho a seguir: Livros... livros à mão cheia... E manda o povo pensar ...

---

<sup>35</sup> Symposium *Within Nations and Beyond: the place of the book*. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, de 28 a 30 de agosto \* de 2000.

<sup>36</sup> Symposium *Within Nations and Beyond: the place of the book*. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, de 28 a 30 de agosto \* de 2000.

<sup>37</sup> Derrida, Jacques. Entrevista à Evando Nascimento. Folha de São Paulo, Caderno Mais, p. 6, 27.05.01.

## **A EDUCAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO\***

\* Conferência proferida no XVII Congresso “Educação: Direito dos Povos” Confederação de Educadores Americanos (CEA). Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), Sindicato Nacional dos Servidores da Educação. São Paulo, abril de 2000

Não se pode discutir o tema das relações entre a educação e o mundo do trabalho sem antes tecer algumas considerações sobre os efeitos da mundialização das atividades humanas no desenho das transformações que se operam em escala global. Como diz com propriedade o Relatório Mundial de Educação da UNESCO coordenado por Jacques Delors, durante os últimos vinte e cinco anos, o fenômeno da globalização das atividades aconteceu primeiramente no campo da economia onde a desregulamentação dos mercados financeiros impulsionada pelo progresso da informática, depressa transmitiu a idéia de que tais mercados deixavam de ser ilhas isoladas no meio de um vasto mercado mundial de capitais dominado por algumas grandes forças e praças financeiras. Todas as economias se tornaram então dependentes dos movimentos de um conjunto mais ou menos importante de capitais, transitando com extrema rapidez de um lugar para o outro em função dos diferenciais de taxas de juros e das antecipações especulativas. Em obediência a uma lógica própria, que valoriza a concentração a curto prazo, esses mercados financeiros globais não têm em conta as dificuldades reais da economia. Por vezes parece mesmo até ditarem as orientações das políticas econômicas nacionais.<sup>38</sup>

E continua Delors – gradativamente as atividades industriais e comerciais foram afetadas pela abertura de fronteiras. Os mercados cambiais passaram a difundir para os mercados de bens e de matérias-primas todas as flutuações monetárias e, de uma maneira geral, a interdependência cultural faz com que o mundo funcione como caixa de ressonância das crises industriais dos países mais avançados.<sup>39</sup>

Uma nova carta ao mundo foi traçada e, por assim dizer, imposta. Quem quiser participar e ser incluído nesse novo mapa precisa arranjar trunfos específicos, o que torna mais escandalosa a separação entre os que ganham e os que perdem.<sup>40</sup> Em decorrência, o diálogo entre os países ricos e os países pobres tornou-se mais complexo, colocando em risco a possibilidade de caminhos alternativos para orientar o desenvolvimento humano.

Outra característica da globalização é a constituição de redes científicas e tecnológicas que liguem entre si os centros de investigação e as grandes empresas do mundo inteiro que tendem a agravar tais disparidades. Só faz parte dessas redes, quem

---

<sup>38</sup> DELORS, Jacques (coord.) Educação: um tesouro a descobrir, Porto, UNESCO /Asa, 1996 p. 32-33

<sup>39</sup> Idem, p.34

<sup>40</sup> Idem, p. 35



tiver qualquer coisa com que participar, como por exemplo, informação ou financiamento. Quem pertencer a países mais pobres (investigadores ou empresários) arrisca-se a ser excluído. E, deste modo se aprofunda a diferença cognitiva entre os países, que faz com que aqueles que deles ficam privados, permaneçam afastados dos pólos de dinamismo.<sup>41</sup> A rigor, concentração de riquezas gera concentração de conhecimentos e de tecnologias. Essa concentração tem forças para silenciar muitas culturas.

Agrava ainda a situação vigente o fato de o fenômeno da globalização compreender igualmente as atividades criminais. Fronteiras mais permeáveis aos fluxos de informação e de moeda facilita o tráfico clandestino de drogas e armas<sup>42</sup>; o que fragiliza a segurança e aumenta a incerteza. O mapa da violência elaborado pela Unesco no Brasil mostra o seu impressionante crescimento, notadamente entre os jovens.

São inúmeras as conseqüências da globalização na vida das sociedades e das pessoas neste alvorecer de um novo milênio. As disparidades econômicas entre as nações vêm-se acentuando e a dívida externa dos países se amplia de forma considerável. A repartição da riqueza como diz Hobsbawm, está-se tornando dramaticamente mais desequilibrada, ou seja, um número extremamente restrito de pessoas, está acumulando uma riqueza sem precedentes<sup>43</sup>. Além disso, a necessidade de uma competição sem limites, está colocando em plano secundário o estatuto da ética e da moral com graves implicações na escala de valores.

O quadro descrito, apesar de genérico, dá uma idéia da magnitude dos desafios que assomam ao novo século. Como bem observou Eric Hobsbawm, não sabemos para onde vamos, mas sabemos o que nos trouxe até aqui e, se continuamos os rumos do passado e do presente para o novo milênio, vamos fracassar<sup>44</sup>. Essa advertência feita por um historiador que acompanhou e estudou em profundidade o século XX indica a gravidade da situação vigente.

É crescente o sentimento de que há necessidade de buscar novas alternativas. Todavia, adverte Frigotto, um estudioso das relações trabalho/capital:

---

<sup>41</sup> Idem, *ibidem*

<sup>42</sup> Idem, *ibidem*

<sup>43</sup> HOBBSAWM, Eric. O novo século. São Paulo, Cia das Letras, 2000, p. 99.

<sup>44</sup> HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos. São Paulo, Cia das Letras, 1995 p. 562

“Para aqueles que postulam sociedades de novo tipo afirmadas na solidariedade, democracia e cidadania efetivas, e portanto, na igualdade de condições de produção da existência, o rumo a reforçar não é o do ajuste subordinado à globalização e reestruturação produtiva que produzem uma sociedade da exclusão e de desintegração social. Também a direção a reforçar não é a de uma reforma estrutural calcada no ideário neoliberal do Estado mínimo (em suas funções de atendimento aos direitos sociais)e, portanto, na estratégia da desregulamentação, descentralização e privatização. Nesse sentido, também, a direção não é de aniquilar as conquistas do Estado de bem-estar social, mas, pelo contrário, ir além.”<sup>45</sup>

A não-subordinação do desenvolvimento social à globalização e reestruturação produtiva, que estão em marcha, é de fundamental importância para a discussão das relações entre educação e mundo do trabalho porque

“é uma postura duplamente equivocada atrelar a escola básica (fundamental e média) ao imediatismo do mercado e à ideologia das competências para a famigerada ‘empregabilidade’ ou laboralidade. Trata-se de noções ideológicas que não engendram densidade histórica. Primeiramente porque se é básica refere-se a todas as dimensões da vida humana e não unidimensionalmente ao mercado. Em segundo lugar, porque a relação do conhecimento básico com o mundo da produção é mediatizado pelas relações sociais.”<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> FRIGOTTO, Gaudencio. A crise do trabalho assalariado e perspectivas de uma nova cultura de relações de produção. Brasília, UNESCO/M. do Trabalho, 1999.

<sup>46</sup> Idem, ibidem.

A globalização desenfreada das relações econômicas seguida *pari passu* pela redução do papel do Estado ou, para usar a expressão de Fiori, pela diluição da soberania, elevou de forma considerável a vulnerabilidade dos países pobres ou em desenvolvimento, que se sentem cada vez mais impotentes para assegurar um índice de desenvolvimento humano compatível com as necessidades mínimas de uma cidadania planetária. Só para dar um exemplo, recorremos a Fernando Reimers, que fez uma abrangente análise dos impactos da dívida externa no financiamento da educação na América Latina. Uma das conclusões de Reimers é que a implicação imediata da dívida é a redução da taxa de expansão da educação em cada país. O impacto da crise da dívida externa no financiamento da educação ocorre em dois níveis: um é direto, reduzindo a disponibilidade de recursos para o sistema educativo; o outro é indireto, por intermédio do processo de ajuste que resulta na redução dos orçamentos em termos reais.

Reimers observa que como a crise da dívida não será superada a curto prazo, seus efeitos continuarão por muitos anos, a menos que se operem mudanças políticas significativas. A crise da dívida afeta o desenvolvimento da mão-de-obra qualificada necessária ao desenvolvimento econômico que poderia liberar os países do peso da dívida... Acrescente-se que a redução dos gastos com educação tem maiores impactos nos segmentos mais pobres da população,<sup>47</sup> sobretudo no que diz respeito à qualidade. Não se pode esquecer que a tese da Unesco de educação para todos só se efetiva com quantidade e qualidade caminhando *pari passu*.

Embora o trabalho de Fernando Reimers refira-se à década de oitenta, a situação na década de noventa não foi muito diferente. Aliás foi nessa década que sucessivas crises provocadas pelo capital volátil fragilizaram ainda mais a economia de alguns países. Na América Latina podem ser citados os exemplos do Brasil, México e Argentina, entre outros.

As mudanças neoliberais que já se efetivaram ou as que estão em curso, atingem toda a estrutura social, gerando incertezas e perplexidades crescentes quanto ao futuro. O aumento do desemprego e da violência, o progressivo endividamento e a redução da autonomia das nações, entre outros fatores, ajudam a espalhar um sentimento geral de vulnerabilidade entre as pessoas e entre as instituições<sup>48</sup>. Devido a isso, a auto-estima

---

<sup>47</sup> REIMERS, Fernando. Deuda externa y financiamiento de la educación, Santiago, UNESCO, 1991 p. 183-85

<sup>48</sup> WERTHEIN, Jorge. Educação, trabalho e desemprego. Brasília, UNESCO, 1999, p. 11

dos países, inclusive a auto-estima tecnológica se vêem abaladas com sérios prejuízos no que se refere à dinamização da sociedade civil, um contraponto crucial para o enfrentamento da crise.

Simultaneamente, aumenta a cobrança ao sistema educacional pelos setores produtivos. Todavia trata-se de uma cobrança em função de algumas habilidades básicas demandadas pela nova estrutura do mercado e não propriamente pelos direitos de cidadania. Os mercados globalizados e competitivos requerem, de forma crescente, uma nova cultura empresarial, na qual se exigem mais conhecimentos, liderança, capacidade de trabalhar em grupo, capacidade de antecipação e conhecimento do cliente. No entanto o sistema educacional, que vem sofrendo os efeitos da crise da dívida, não tem os meios para atender essa demanda, só o fazendo para alguns setores e mantendo a maioria da população à margem dos progressos do que vem sendo chamado de sociedade do conhecimento. Aliás, essa expressão, de largo uso, só tem sentido para uma parte da população. Verifica-se assim, um descompasso entre a velocidade da reestruturação produtiva e a reforma do sistema educacional.

Por outro lado, existem fatores que dificultam a articulação com o mundo do trabalho. O primeiro deles refere-se à oscilação imprevisível do mercado de trabalho. Adicione-se que a antiga linearidade formação-emprego foi rompida. Além disso, há o espectro do desemprego devido ao paradigma atual que favorece o uso excessivo de tecnologias de capital e conhecimento intensivos. O emprego para a vida toda desapareceu, como afirma o Relatório Cultura e Desenvolvimento da UNESCO, coordenado por J. Pérez de Cuellar<sup>49</sup>. Alerta ainda que não basta apenas educar. É preciso empregar convenientemente o indivíduo educado, oferecendo aos jovens possibilidades de usar os conhecimentos adquiridos<sup>50</sup>.

Nessa mesma linha, o Relatório Jacques Delors insiste que ao se substituir automaticamente a mão-de-obra por um capital técnico inovador com a exclusiva finalidade de aumentar a produtividade do trabalho, o subemprego se amplia, afetando em primeiro lugar o trabalho de execução. Todavia, começa a atingir também o trabalho de concepção e de cálculo. A generalização da inteligência artificial ameaça fazer com que o fenômeno suba ao longo da cadeia de qualificação. Não se trata apenas da exclusão dos empregos ou até da sociedade de grupos de indivíduos mal preparados,

---

<sup>49</sup> CUELLER, J.P. Nossa diversidade criadora. São Paulo, Papirus; Brasília, UNESCO, 1998, p. 210

<sup>50</sup> Idem, ibidem.

mas de uma transformação que poderá modificar o lugar e, talvez, a própria natureza do trabalho nas sociedades de amanhã. É difícil fazer um prognóstico, mas a questão tem plena procedência.<sup>51</sup>

A possibilidade de mudar a própria natureza do trabalho poderá ter profundas implicações na relação entre educação e trabalho. A perplexidade, insegurança e incerteza da juventude atual, por exemplo, talvez tenha aí uma de suas causas. O aumento expressivo da violência entre os jovens, o aumento de gangues e galeras e de toda sorte de insatisfações contra o *status quo* não deixa de ser uma forma de protesto diante dos rumos da sociedade neste final de século. A advertência de Hobsbawm de que o futuro não pode ser uma continuação do passado e de que há sinais de que chegamos a um ponto de crise histórica<sup>52</sup>, deve servir de alerta para todos os que têm hoje algum tipo de responsabilidade na manutenção dos paradigmas excludentes, sobretudo a elite econômica, que continua insensível ao agravamento da crise.

Sob esse aspecto o Relatório Delors é bastante incisivo:

“Nota-se que nas sociedades industriais, alicerçadas no valor integrador do trabalho, este problema já constitui uma fonte de desigualdade: uns tem trabalho, outros são dele excluídos e ficam dependentes da assistência, ou tornam-se pessoas de que ninguém precisa. À falta de um novo modelo de estruturação da vida humana, estas sociedades estão em crise: para elas o trabalho tornou-se um bem raro que os países disputam recorrendo a toda espécie de protecionismos e de **dumping social**. O problema do desemprego ameaça também, profundamente, a estabilidade dos países em desenvolvimento. O perigo está em toda a parte: muitos jovens desempregados, entregues a si mesmos nos grandes centros urbanos, correm todos os perigos relacionados com a exclusão social. Esta evolução traz grandes custos sociais e, levada ao extremo, constitui uma ameaça para a solidariedade nacional. Pode, pois, dizer-se numa forma que se pretende prudente, que o progresso técnico avança mais depressa do que nossa capacidade

---

<sup>51</sup> DELORS, J. ob.cit. p. 70

<sup>52</sup> HABSBAWM, E. ob.cit. p. 562

de imaginar soluções para os novos problemas que ele coloca às pessoas e às sociedades modernas. Há que repensar a sociedade em função dessa evolução inevitável.”<sup>53</sup>

Esta passagem do Relatório Delors deixa clara uma das contradições do modelo em curso. Se o progresso técnico, que parece ter adquirido uma autonomia própria, avança mais do que a capacidade de se imaginar soluções, como fica o papel da instituição escolar dos países periféricos que não reúne as condições para um ensino de qualidade compatível com as transformações que se operam no seio da sociedade e da economia deste final de século? E se considerarmos ainda o peso da dívida externa que age em sentido contrário às propostas educacionais inovadoras, que muitas vezes surgem nos países em desenvolvimento, constata-se que o horizonte das relações entre educação e trabalho para o próximo milênio encerra mais perplexidades do que esperanças.

O Fórum Mundial de Educação para Todos de Dakar, que se reuniu recentemente, percebeu esse impasse e chegou a propor a conversão da dívida externa dos países mais pobres em recursos para a educação. Trata-se de uma iniciativa que, ao menos, ajuda a reacender as esperanças de alguns países extremamente pobres e dependentes.

O perdão da dívida, uma expressão por si mesma contraditória e discutível, constitui, não se pode negar, uma alternativa compensatória. No entanto, o problema da exclusão do indivíduo no mercado de trabalho não tem uma solução à vista. Não existem propostas consistentes para resolvê-lo como também não existe um esforço deliberado para encontrar uma saída. É certo que algumas discussões sobre a chamada terceira via estão em curso. Não há, contudo, um conjunto de idéias solidamente sistematizadas.

---

<sup>53</sup> DELORS, J. ob.cit. p. 71

Configura-se dessa forma um impasse crítico no binômio incluídos-excluídos. Na opinião de Ratinoff, a própria ética do trabalho corre o risco de desaparecer para dar lugar a uma visão mais fatalística e oportunista. A abundância de mão-de-obra afeta a ética do trabalho. Já não faz mais sentido continuar acreditando nas recompensas do trabalho honrado, quando as oportunidades de trabalho e ascensão profissional se mostram tão improváveis<sup>54</sup> no contexto da informalidade patrocinada. Para Tedesco, somente 25% da mão-de-obra poderá ser incorporado ao núcleo estável da economia em condições plenas de participação e desenvolvimento pessoal.<sup>55</sup>

Se a ética do trabalho perde valor, a questão que se afigura é a de qual perspectiva se pode falar daqui para frente? Pesquisa realizada entre jovens americanos, alemães, japoneses e franceses sobre os valores do tempo presente apontam que, para três quartos deles, o trabalho não constitui um valor<sup>56</sup>. Investigação realizada recentemente pela UNESCO Brasil, em Brasília, entre jovens na faixa etária do ensino médio, constatou que aproximadamente 50% deles quando perguntados sobre regime político responderam que tanto faz ditadura ou democracia.

Dessa forma, o próprio discurso de promover a educação que favoreça a competitividade começa a fragilizar-se na medida em que apenas uma parte das pessoas poderá integrar-se com sucesso e dignidade ao mercado de trabalho.<sup>57</sup>

Alguns especialistas como A. Gorz, sugerem a redução da jornada de trabalho para a crise do desemprego. Isso supõe, no entanto, alerta Tedesco, universalizar as qualificações para o desempenho produtivo<sup>58</sup>, o que seria no mínimo, uma utopia em termos mundiais devido às diferenças entre os países. Qualquer tipo de solução não pode ignorar a diversidade e os acentuados déficits educacionais de alguns países. Assim sendo, a redução da jornada de trabalho poderá ser mais um paliativo do que uma solução duradoura.

---

<sup>54</sup> RATINOFF, L. Inseguridad mundial: la cultura de la mundialización. In: Perspectivas, n. 94. Paris, UNESCO/OIE, 1995, p.172

<sup>55</sup> TEDESCO, J.C. Los desafíos de la educación. In: Formación y trabajo. Rio de Janeiro, SENAI/CINTERFOR, 1998, p. 25.

<sup>56</sup> DUMAZEPIER, J. A revolução cultural do tempo livre. São Paulo, SESC/Nobel, 1994, p. 176

<sup>57</sup> WERTHEIN, J. ob.cit p.25

<sup>58</sup> Apud Tedesco, J.C ob.cit. p. 32

As considerações feitas até agora permitem, acreditamos, afirmar que estamos diante de um impasse nas relações entre educação e trabalho. Como diz Tedesco, no capitalismo profissional, a formação do cidadão e a formação para o trabalho tinham na possibilidade de incorporação de todos no mercado de trabalho um ponto forte de coesão social. A coesão manifestava-se ao nível do sistema social, o que explica que a solidariedade fosse concebida não como um dever moral, mas como um produto orgânico do funcionamento equilibrado do sistema.<sup>59</sup>

Entretanto esta possibilidade deixou de existir na medida em que o capitalismo atual se caracteriza pela utilização intensiva de conhecimentos, porém com uma particularidade *sui-generis*. Está aumentando de forma considerável a distância entre os que trabalham em atividades intensivas de conhecimento e os que atuam nas áreas tradicionais, ou, pior ainda, os que são excluídos do trabalho. Segmentação e exclusão são, portanto, os dois fenômenos sociais capitais que acompanham a expansão da economia intensiva em conhecimento. A incapacidade dos novos modos de produção para incorporar toda a população de maneira relativamente estável modifica substancialmente não só a situação dos que ficam de fora, mas também a dos que são incorporados.<sup>60</sup>

Em relação aos incorporados, a redução dos postos de trabalho vem-se ampliando de forma significativa, o que gera o desemprego, além de precarização das condições de trabalho do restante dos trabalhadores. Adicione-se também que muitas empresas estão-se orientando para formas flexíveis de contratação, incluindo a polivalência e a capacidade de adaptação como valores agregados. Acrescentem-se as exigências de trabalho em equipe e de criatividade na solução dos problemas cotidianos, o que, por vezes, provoca um clima desestabilizador no ambiente de trabalho.

Os trabalhadores que não conseguem ser incluídos podem cair naquilo que Castel chama de a desfiliação da sociedade dos vastos setores da população. Do ponto de vista político, uma exclusão alta só poderá ser mantida pela prática do autoritarismo.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> TEDESCO, J.C. O novo pacto educativo. São Paulo, Ática, 1998, p.52

<sup>60</sup> Idem, ibidem



Neste novo cenário, observa Tedesco:

“Manter o sistema democrático numa situação em que uma parcela significativa de cidadãos é passiva do ponto de vista econômico e em que as formas de integração e coesão são tão débeis parece uma tarefa pouco realizável.”<sup>62</sup>

Segundo esse especialista, o postulado essencial dessa situação é evitar que o trabalho seja monopolizado por uma elite da sociedade. A compartilhamento do trabalho constitui, conseqüentemente, o aspecto-chave dessas alternativas, nas quais – do ponto de vista educacional – torna-se crucial definir se o acesso às novas competências necessárias para a atividade no setor-chave da economia pode ou não ser universal.<sup>63</sup>

Para André Gorz, a dualidade incluídos-excluídos poderia ser superada pelo que ele chama de ‘banalização’ das competências exigidas pelo setor moderno da economia, acompanhada de uma política de redução do tempo de trabalho, que poderia se converter em ampliação significativa do acesso às qualificações.<sup>64</sup> Essa perspectiva tem implicações profundas na qualidade da educação. A pergunta que surge é sobre a real possibilidade dessa alternativa no cenário atual de injustiças e de iniquidades, onde um rico pode ganhar o mesmo que cinquenta pobres, para citar o exemplo do Brasil<sup>65</sup>.

Sublinha-se que, se por um lado, muitas das exigências requeridas pelo mundo do trabalho como compreender problemas complexos, tomar iniciativas, trabalhar em grupos etc. são também exigências de uma formação para a cidadania e, por outro, no contexto de modelos excludentes de desenvolvimento, estabelece-se o conflito de “definir quantos e quem terá acesso a essa formação”.<sup>66</sup>

---

<sup>61</sup> CASTEL, R. Les métamorphoses de la question social. Paris, Fayard, 1995. Apud Tedesco, J.C. O novo pacto educativo. ob.cit. p. 55

<sup>62</sup> TEDESCO, J.C. O novo pacto educativo. ob.cit. p. 55

<sup>63</sup> Idem, p. 56

<sup>64</sup> GORZ, A. A métamorphose du travail. Paris, Galilé, 1998. Apud Tedesco, J.C. O novo pacto educativo. ob.cit. p. 56

<sup>65</sup> IBGE. Síntese dos indicadores sociais 1999. Folha de São Paulo 3-5, 29.04.2000

<sup>66</sup> TEDESCO, J.C. O novo pacto educativo. ob.cit. p. 57

Ainda há pouco as Recomendações de Seul deram destaque à parceria entre educação e o mundo do trabalho para responder às dificuldades em criar uma sinergia entre o setor de educação e as empresas e os diversos outros setores da economia, facilitando o desenvolvimento de competências gerais, a ética do trabalho, as competências tecnológicas e as que se fizeram necessárias para empreender e transmitir valores humanos e normas para uma cidadania responsável<sup>67</sup>. Será isso possível no quadro atual de contradições?

Todavia, observa Tedesco, nenhum sistema baseado na exclusão e no autoritarismo pode ser sustentável a longo prazo. É por isso que a demanda de qualidade para todos, baseada no pressuposto de que todos os seres humanos são capazes de aprender, constitui uma alternativa socialmente mais legítima. Essa exigência de democratização no acesso ao domínio das competências socialmente mais significativas tem, além de um fundamento ético, um evidente fundamento socioeconômico.<sup>68</sup>

A posição UNESCO para a solução do impasse, nesse ponto de crise a que chegou a história, para repetir Hobsbawm, depende do esforço conjunto, dos países e das pessoas, em buscar uma nova orientação ética que se inspire na inteligência do povo. A idéia de uma ética universal surgiu da necessidade de estabelecer um padrão mínimo a ser observado por toda comunidade política. Ela se tornou indispensável para a governabilidade do mundo. O universalismo é o princípio fundamental da ética universal. O ethos dos direitos universais do homem proclama que todos os seres humanos nascem iguais e gozam dos mesmos direitos sem distinção de classe, sexo, raça, comunidade ou geração. Significa que as necessidades fundamentais de uma vida decente constituem a maior preocupação da humanidade. O universalismo exige que não esqueçamos as reivindicações dos pobres de hoje na nossa ansiedade de proteger as gerações futuras.<sup>69</sup>

A idéia de uma ética universal para governar a globalização sem freios que estamos vivendo e presenciando foi trabalhada pelo Relatório Mundial da Cultura e do Desenvolvimento da UNESCO. Ele defende a equidade em cada geração e entre as

---

<sup>67</sup> UNESCO. Recomendações de Seul. Brasil, Unesco, 2000.

<sup>68</sup> TEDESCO, J.C. O novo pacto educativo. ob.cit. p. 57

<sup>69</sup> CUÉLLAR, J.P. Nossa diversidade criadora. Campinas, Papirus; Brasília, UNESCO, 1997 p. 43-67

gerações. Isso é de fundamental importância, pois, como insistia Federico Mayor, não se pode admitir mais o dualismo globalização-globalizados. Para tanto, sobressai de um lado o papel das Nações Unidas como Fórum privilegiado para a discussão da crise ; de outro, sobressai o papel das organizações não-governamentais como instância de luta e de vigilância permanentes.

A própria mundialização das atividades humanas desloca para o nível planetário algumas das discussões essenciais ao desenvolvimento humano para todos. Não se deve perder de vista que a luta pela universalização da cidadania já se instalou. As relações entre educação, trabalho, desemprego estão no centro dessa questão. “A esperança reside na possibilidade de criarmos campos alternativos de experiência para mostrar que algumas coisas podem ser feitas de maneira diferente”.

# **Alcance e Fundamentos da Atuação da UNESCO no Brasil\***

\* Conferência proferida no 6º Congresso Brasileiro de Municípios. Brasília, março/2001.

Antes de comentar, ainda que de forma breve, os fundamentos e o alcance da atuação da UNESCO em território brasileiro, parece-me oportuno fazer uma rápida introdução sobre o que é a UNESCO e os principais pilares norteadores de sua ação mundial.

A UNESCO é uma organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, a Cultura e a Comunicação, integrada hoje por 185 países. Foi criada logo após a Segunda Grande Guerra Mundial, em novembro de 1945, para promover a paz e os direitos humanos com base na cooperação e solidariedade intelectual e moral da humanidade. Como todos nós sabemos, ao tempo de sua criação, o mundo acabara de viver a maior catástrofe de sua história na luta em defesa da democracia e dos ideais de liberdade e de justiça social. Na mente de seus criadores estava a idéia de uma instituição vigilante e alerta que, por intermédio da promoção e da popularização da educação, da ciência e da cultura, pudesse contribuir para a formação de mentes abertas ao diálogo e solidária em todas as práticas sociais.

Norteando-se por esses princípios, a UNESCO, desde os primórdios de sua atuação, empreendeu uma incessante luta de abrangência mundial com o objetivo de proporcionar às pessoas de todas as sociedades, mais educação e cultura, maior acesso aos conhecimentos científicos e liberdade de expressar livremente suas opiniões. Para atingir esse objetivo, a estratégia adotada foi sempre a de promover o diálogo e o entendimento permanente entre os governos e destes com a sociedade civil, com vistas ao objetivo central de assegurar a adoção de políticas de combate às vastas zonas de ignorância que circundam o mundo e de promoção de educação e cultura para todos. A UNESCO sempre teve a mais profunda crença no poder da educação e da cultura como instrumentos privilegiados para a formação de sociedades democráticas.

Graças a essa estratégia do entendimento, a UNESCO vem conseguindo de forma gradual que todos os países incorporem em suas políticas públicas, diretrizes de ação voltadas para a construção de cenários sociais que favoreçam o advento de condições mais dignas de vida e conduzam à progressiva universalização da cidadania.

Porém o trabalho da UNESCO não se encerra nesse patamar. Por intermédio de seus institutos especializados e por mais de 60 escritórios regionais distribuídos pelos vários continentes, a UNESCO presta cooperação técnica aos países, realizando estudos

e diagnósticos e buscando em conjunto com o poder público e com a sociedade civil alternativas de soluções para os inúmeros problemas e obstáculos que impedem o exercício pleno da cidadania ativa.

Em face da atual conjuntura mundial, marcada de um lado por um extraordinário avanço da ciência e da tecnologia e da concentração da riqueza humana e, de outro, por vastas regiões de pobreza e miséria, a UNESCO elegeu algumas linhas de ação consideradas essenciais para iniciarmos o século XXI com esperanças e aspirações renovadas em relação às necessidades maiores de nosso tempo, que são a redução da pobreza e a universalização do acesso aos bens civilizatórios.

Assim sendo, o foco das ações deverá ser o combate à exclusão social, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento humano, a democracia e a construção de uma cultura de paz. Devido à diversidade de situações e estágios de desenvolvimento, cada país precisa definir estratégias que se adaptem às suas peculiaridades. Os grupos de especial interesse são a mulher, a juventude, os países africanos e os menos desenvolvidos. Todavia é sempre oportuno ressaltar a necessidade de encontrar estratégias que levem em conta a história e a cultura de cada país, região ou localidade.

Será dada ênfase à educação para todos e à erradicação do analfabetismo, pois a educação é encarada como direito fundamental do ser humano tal como foi definido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. A educação dos excluídos terá destaque especial face à sua urgência na luta pelos direitos humanos. No campo da ciência especial atenção será dada aos princípios e normas éticas, à segurança humana e melhor gestão das mudanças ambientais e sociais. Esforços serão feitos para que um número maior de pessoas participem da emergente sociedade da informação. Será estimulada a adoção de políticas de melhor compartilhamento do conhecimento científico. A ciência deverá ser colocada a serviço do desenvolvimento humano e sua popularização deve ser uma preocupação permanente. Na área da cultura, a prioridade será a de proteger a diversidade cultural e o fortalecimento do pluralismo e do diálogo entre as culturas e as civilizações. Políticas de estímulo à educação para a preservação do patrimônio histórico serão adotadas, a exemplo do que ocorre hoje no Município de Goiás, Estado de Goiás. No campo da informação e da comunicação, será priorizado o acesso universal à informação e às novas tecnologias do setor e à livre circulação de idéias. Todas essas ações deverão convergir para uma cultura de paz e não-violência.

Como se pode observar, a UNESCO tem um leque muito amplo de atividades, que procura ser conduzido por uma política integrada e por uma visão transdisciplinar de fatos e fenômenos, metodologia que permite uma indispensável visão de conjunto. Sob esse aspecto, é importante salientar, como tão bem argumenta o filósofo francês Edgar Morin, que não se pode ter uma visão correta das partes se não se conhecer o todo. Disso decorre o esforço inter e transdisciplinar da UNESCO. O que pode aparentemente causar a impressão de uma certa dispersão, consiste na realidade em esforço para abarcar os vários ângulos e facetas de um problema ou questão, o que é importante para evitar soluções parciais e enviesadas, que o próprio tempo tem-se encarregado de condenar.

No caso do Brasil, a UNESCO procurou se fortalecer nos últimos anos para enfrentar os desafios da enorme diversidade do país, tanto nos aspectos culturais quanto físicos e socioeconômicos. E ninguém melhor que os prefeitos conhecem, por exemplo, a acentuada diferença de problemas entre os municípios brasileiros. Verifica-se, para confirmar esse argumento, a diferença intermunicipal dos índices de desenvolvimento humano (IDH), que pode variar de 0,834 no município de Feliz, Rio Grande do Sul, a 0,265 em S.José da Tapera no Estado de Alagoas.

A redução de diferenças como essas, que também existem em outros países, constitui um dos grandes objetivos das Nações Unidas e da Unesco em particular. Uma das estratégias mais seguras para se dar combate efetivo a essas diferenças é a educação de qualidade para todos. E quando a UNESCO fala em educação, ela não se refere apenas à educação formal. No conceito de educação da UNESCO está embutido uma visão transversal de fatores educativos mais gerais onde está, por exemplo, a educação para a saúde, a educação para o trânsito, a educação ambiental, a educação científica, a educação para preservar os bens culturais e assim sucessiva e indefinidamente, pois se recorrermos a um clássico do pensamento sociológico – Emile Durkheim – ele define a educação como a transmissão das maneiras de ser, pensar, agir e sentir, o que confere ao fenômeno educativo uma dimensão que transcende a escola e envolve e compromete toda a sociedade.

Por isso mesmo a UNESCO na última década, passou a dar ênfase à necessidade de uma política de educação para todos ao longo de toda a vida. E devido a isso também, a formulação, a execução e a responsabilidade pela política educacional

deve envolver e comprometer tanto o poder público quanto os segmentos sociais que se encontrarem em condições de ajudar. Como indica de forma apropriada Bernardo Kliksberg, grande especialista em políticas sociais, o problema social não pode ser atribuído só ao Estado. Todos os setores da sociedade devem assumir responsabilidade e participar da solução. Precisamos ter em mente que a educação para todos de todas as sociedades passou a se definir como uma questão moral e ética, configurando-se, portanto, como um imperativo dos novos tempos.

Dessa forma, a cooperação técnica da UNESCO no Brasil leva em conta a acentuada diversidade regional e se desenvolve não apenas em parceria com as três instâncias da federação brasileira, ou seja, a União, os Estados e os Municípios, como também com a sociedade civil. Torna-se necessário salientar que a UNESCO não é uma agência de financiamento. Ela se define antes como organização intelectual que promove estudos, elabora diagnósticos, recolhe e processa informações sobre os países membros, avalia experiências e incentiva a cooperação técnica entre as nações de forma a indicar caminhos e apontar alternativas para remover os entraves que se colocam à plenitude do desenvolvimento social.

Devido à postura ética que sempre orientou sua ação mundial e devido ainda à profundidade dos estudos e reflexões que empreende nas áreas de seu mandato, a UNESCO conseguiu ao longo de sua história reunir um grande capital intelectual respaldado por experiências concretas que se desenvolvem em vários países. Esse capital intelectual se traduz por um enorme acervo de experiências, vários estudos e reflexões de caráter mundial e por inúmeros documentos, normas e convenções que são discutidos e aprovados pelos países que a integram por época da realização das já históricas Conferências Gerais da UNESCO. Um dos pontos altos desse capital deve-se ao fato de não ter sido forjado em instâncias burocráticas, mas, ao contrário, ele foi construído em discussões livres onde não faltaram pessoas e instituições das mais diversas tendências. Essa legitimidade a credencia para servir de referência no contexto de nossas aspirações para o século que estamos inaugurando.

No Brasil, a UNESCO mantém acordos e projetos de cooperação técnica com diversos setores do poder público e com entidades não-governamentais, dentre os quais se destacam:

**Ministério da Educação:** no âmbito do Acordo com o MEC, inúmeros



projetos são desenvolvidos nos diversos graus e modalidades do ensino. Destaque deve ser dado aos projetos de reforma da educação profissional e média brasileira, cuja execução está a cargo da Secretaria de Educação Média e Tecnológica e que conta com recursos do BID, e ao projeto bolsa-escola implementado em articulação com os municípios;

**Ministério da Justiça:** projetos relevantes são desenvolvidos no campo dos direitos humanos, incluindo pesquisas e cursos sobre a violência no Brasil, inclusive cursos destinados às prefeituras municipais sobre a acessibilidade de portadores de necessidades especiais aos serviços públicos, como também cursos pré-vestibulares para negros e carentes;

**Ministério da Saúde:** Educação e saúde constituem um binômio indissociável. Um dos projetos de cooperação técnica mais relevantes ocorre no âmbito do Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS, que vem sendo objeto de reconhecimento internacional;

**Ministério do Meio Ambiente:** a cooperação técnica dá ênfase à gestão dos recursos hídricos, à educação ambiental, ao estabelecimento de um sistema de informação estratégica para meio ambiente e à consolidação das Reservas de Biosfera Brasileiras contribuindo, substantivamente, para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente. Entendo que poderá ser de grande valia para ações semelhantes em nível municipal;

**Ministério da Cultura:** a preservação do patrimônio histórico e natural constitui uma das principais linhas da cooperação da Unesco. O Brasil possui 13 patrimônios da humanidade. Além disso, através do Programa Monumenta busca-se a revitalização de núcleos históricos brasileiros com vistas à sua sustentabilidade;

**Ministério da Ciência e Tecnologia/CNPq:** infraestrutura para a política de ciência e tecnologia;

**Estados e Municípios:** A Unesco mantém acordos de cooperação técnica com diversos Estados e Municípios. Um dos projetos mais auspiciosos que começa a ser desenvolvido em oito Estados é o da Abertura de Escolas nos Fins de Semana. Pesquisas realizadas pela Unesco apontaram maior incidência de morte de jovens de 15 a 24 anos de idade nos fins de semana. O projeto visa fundamentalmente aproveitar os espaços escolares nesse período para oferecer uma série de atividades culturais e desportivas destinadas à juventude e suas respectivas famílias e com isso, contribuir para a redução da violência entre os jovens;

**Comunidade e Alfabetização Solidária:** O desenvolvimento da solidariedade foi sempre visto pela UNESCO como estratégia de grande alcance no combate à exclusão. Por isso a UNESCO apoiou desde o início o projeto do governo em parceria com a sociedade civil de estimular e fomentar a solidariedade em projetos sociais. Tanto o projeto de Alfabetização Solidária como o de Comunidades Ativas representam avanços importantes que deverão ser largamente utilizados em futuro próximo. Da mesma forma, destacam-se os Programas Universidade Solidária e de Apoio ao Artesanato – ambos apoiados pela UNESCO – que visam respectivamente estimular a participação das universidades em projetos sociais e incentivar a cultura folclórica brasileira mediante a criação de mecanismos de geração de emprego e renda. A gravidade dos problemas sociais somada à limitação de recursos e outros entraves anacrônicos ao desenvolvimento requerem que se pensem e pratiquem caminhos alternativos que possam proporcionar significativa melhoria de vida dos segmentos populacionais mais atingidos pelo flagelo da pobreza;

**Organizações Não-Governamentais:** Com diversas entidades e organismos não-governamentais, a UNESCO mantém acordos e protocolos de cooperação técnica. A título de exemplos destacam-se as ações desenvolvidas em conjunto com as três maiores entidades que reúnem dirigentes educacionais, respectivamente o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Com a UNDIME, por exemplo, foi realizada pesquisa pioneira sobre o perfil dos dirigentes municipais de educação com ampla repercussão no país. Tal pesquisa revelou uma característica importante dos projetos de bolsa-escola

existentes nos municípios que foi a sua relativa independência da filiação partidária. De modo geral, as experiências de renda mínima associada à educação tipo bolsa-escola são aceitas por todos os partidos políticos. Nesse item, pode ainda ser mencionado o apoio técnico da UNESCO ao Programa de Educação do Trabalhador do Serviço Social da Indústria (SESI), que conta também com a participação da Universidade de Brasília.

São apenas alguns exemplos de cooperação técnica que a UNESCO desenvolve no Brasil. Além dessa cooperação, a UNESCO desenvolve um programa próprio de pesquisas incidente em temas de grande relevância social. No contexto desse programa foi feita a avaliação do projeto de bolsa-escola do Distrito Federal. A avaliação positiva levou a UNESCO a divulgar a experiência para outros Municípios, Estados e países como uma das alternativas mais seguras de combate à exclusão, pois além de reduzir a repetência escolar e promover significativa melhoria da aprendizagem, o projeto bolsa-escola tem impactos positivos na melhoria das condições de vida, na revalorização do papel da mulher na família, na eliminação do trabalho infantil, no fortalecimento da cidadania e na ampliação das atividades econômicas, pois ajuda a expandir a base de consumo. Esse conjunto de elementos permite concluir que a bolsa-escola é um investimento preventivo que se converte em estratégia para evitar futuros gastos públicos.

Uma outra área de pesquisa explorada pela UNESCO Brasil e que hoje constitui uma de suas principais linhas de investigação é sobre a Juventude, Violência e Cidadania. Inúmeras pesquisas já foram feitas em diversas partes do país, mostrando dimensões preocupantes da violência na juventude brasileira. Elas demonstram que um dos principais desejos dos jovens em situação de risco pessoal é o de ser parte de um grupo social. Revelam também a aspiração dos jovens em participar ativamente de atividades desportivas e culturais. A precariedade da oferta de alternativas de serviços e atividades destinadas à juventude pode ser arrolada como uma das causas da violência. Um dos levantamentos feitos pela UNESCO (Mapa da Violência II) mostrou o crescimento da violência nos fins de semana, o que levou a Organização a propor a abertura de escolas nos fins de semana, como estratégia de preencher de forma lúdica e construtiva um extraordinário espaço de socialização que, com frequência, costuma ser preenchido por atividades marginais que, via de regra, desviam de rotas mais criativas e humanamente mais realizadoras.

Em continuidade a essa linha de pesquisa, a UNESCO em parceria com várias entidades está coordenando a execução de ampla pesquisa de dimensão nacional sobre

a violência, drogas e AIDS nas escolas. Deverá ela fornecer indicadores mais seguros para a construção de uma cultura de paz nas escolas. A construção de uma cultura de paz começa na família pela total eliminação da violência doméstica e continua pari passu na escola, que deve ser uma agência educativa de referência. Todos nós temos assistido nos últimos anos a inúmeras cenas de violência no ambiente escolar. Tais fatos precisam ser vistos com indignação e combatidos incessantemente por todos nós. O futuro de um país depende em grande parte da qualidade de suas escolas. Qualidade tanto em termos de ensino quanto de cidadania.

A síntese que até agora procurei fazer dos fundamentos e diretrizes da cooperação técnica da UNESCO no Brasil teve o objetivo de mostrar laconicamente o perfil de sua atuação e a potencialidade que acredito existir doravante, pois o Brasil atravessa uma etapa de sua história acenando para o futuro. Nunca se discutiu tanto nesse país a questão da justiça e da cidadania, problemas que há mais de meio século encontram-se na agenda permanente da UNESCO em sua luta pela elevação da dignidade humana. Ademais, essa exposição impregna-se de um sentido especial pelo fato de estar sendo feita num importante evento dos municípios brasileiros.

O sentido especial a que me refiro decorre da condição de ser o Município instância decisiva para a concretização de um novo ideal de desenvolvimento, que não mais se pautar por políticas excludentes e redutoras da dignidade humana. O Município conhece os problemas que mais afligem a população. Por isso mesmo, aproveito a oportunidade para propor aos municípios brasileiros uma agenda de discussões sobre três temas que considero relevantes e para os quais a UNESCO oferece a sua contribuição:

O primeiro refere-se à bolsa-escola. A estratégia de renda mínima associada à educação possui dimensão política de grande alcance, pois a educação vista como o maior bem comum da humanidade, conforme ainda recentemente disse o Diretor Geral da UNESCO – Koïchiro Matsuura -, fortalece a luta pela cidadania na medida em que prepara crianças e adolescentes para participarem de um processo de construção social mais justo e equitativo, que todos nós esperamos venha a se tornar realidade no século que estamos iniciando.

O segundo, é a erradicação do analfabetismo. A UNESCO há mais de 50 anos luta para dar a todas as pessoas a oportunidade de ler e conhecer o mundo. O Município ocupa uma posição estratégica para livrar o Brasil desse mal anacrônico. A idéia de

alfabetização solidária deve ser aproveitada e incentivada como uma postura que transcende questões políticas e aponta em direção a uma sociedade mais justa e solidária. É importante e urgente que os municípios brasileiros assumam o compromisso de erradicar o analfabetismo. Esse compromisso deve ser suprapartidário.

A terceira questão refere-se à abertura das escolas nos fins de semana. A educação hoje converteu-se em necessidade permanente a requerer o auxílio da comunidade. Inúmeras atividades educativas nas áreas da cultura, desportos e meio ambiente poderão ser desenvolvidas nos fins de semana mediante o aproveitamento dos espaços escolares. Essas atividades revestem-se de especial importância para os jovens, que passam a dispor de alternativas de entretenimento conjugando o lúdico e o cultural. Além disso, na medida em que a comunidade, com apoio de professores e alunos, assume a responsabilidade de liderar o aproveitamento das escolas nos fins de semana, seguramente converte-se ela naturalmente em sujeito do processo educativo, vital para o sucesso escolar.

Outrossim, essa estratégia viabiliza que os recursos intelectuais e desportivos existentes na comunidade sejam colocados à disposição da escola, podendo enriquecer o projeto pedagógico com atividades educativas relevantes. Ademais, essa política escolar poderá ter efeitos diretos no combate à violência, pois à medida que preenche uma aspiração da juventude, evita a canalização da potencialidade dos jovens para o mundo das drogas, da AIDS e da própria criminalidade, cujo aumento de incidência na última década é das mais preocupantes. Atualmente, alguns Estados e Municípios – Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso, Recife, Olinda, Natal, Maceió e Palmas – estão aderindo a essa estratégia.

Para finalizar, quero expressar a convicção que tenho sobre a importância da gestão municipal para o advento das mudanças que se tornaram necessárias nesse início de século. No âmbito do mandato que recebeu das Nações Unidas, a UNESCO estará sempre disposta ao diálogo na busca de soluções inovadoras. A agenda de discussões que acabo de propor aos municípios poderá ser discutida e enriquecida com demandas específicas de cada localidade. O que considero da mais alta importância é o somatório de esforços, pois estou seguro que a UNESCO pode contribuir para colocar o município brasileiro num circuito contemporâneo de idéias e de inovações.

### **Sobre os autores:**

Jorge Werthein: Sociólogo. Mestrado em Comunicação pela Universidade de Stanford. Mestrado em Educação pela Universidade de Stanford. Ph.D em Educação pela Universidade de Stanford. Especialista e Diretor de Relações Externas do IICA (1977-94); Tem inúmeros artigos e livros publicados no Brasil e no exterior. Coordenou vários projetos de política educacional no Brasil. Membro do Conselho Editorial da Série Comunicação e Política (CEBELA-Rio) e do Conselho Consultivo da Revista Ensaio (Rio) Atualmente exerce as funções de Representante da Unesco no Brasil e Coordenador do Programa Unesco/Mercosul.

Célio da Cunha: Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília. Doutorado em Educação pela Unicamp. Foi Superintendente de Desenvolvimento Social e de Ciências Humanas e Sociais do CNPq e Diretor de Políticas Educacionais (MEC-SEF). Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UnB. Atualmente é Assessor Especial da Unesco no Brasil. Integra o Conselho Editorial das Revistas Educação Brasileira do CRUB e Linhas Críticas (FE-UnB). Tem artigos e livros publicados.

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, e pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, nem tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.